



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO - MODALIDADE PROFISSIONAL

OZANA PEREIRA DE SOUSA

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO: O INSTITUTO
FEDERAL GOIANO - CAMPUS POSSE NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS**

BRASÍLIA - DF

2023

OZANA PEREIRA DE SOUSA

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO: O INSTITUTO
FEDERAL GOIANO - CAMPUS POSSE NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, mestrado na modalidade profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração em Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Diego de Souza.

BRASÍLIA - DF

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SSO725q Sousa, Ozana Pereira de
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO: O
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS POSSE NA PERSPECTIVA DOS
EGRESSOS / Ozana Pereira de Sousa; orientador Rodrigo
Diego de Souza. -- Brasília, 2023.
98 p.

Dissertação(Mestrado Profissional em Educação) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. Educação Profissional. 2. Mundo do trabalho. 3.
Institutos Federais. 4. Campus Posse. 5. Egressos. I.
Souza, Rodrigo Diego de , orient. II. Título.

OZANA PEREIRA DE SOUSA

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO: O
INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS POSSE NA PERSPECTIVA
DOS EGRESSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, mestrado na modalidade profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Diego de Souza – PPGEMP/UnB; PPGE/UFSC
Presidente - Orientador

Prof. Dr. Fernando Bomfim Mariana – PPGEMP/UnB
Examinador Interno

Prof^a. Dr^a. Letícia Lenzi – IF Catarinense
Examinadora Externa

Prof^a. Dr^a. Caroline Bahniuk – FE/UnB
Examinadora Suplente

Aos meus pais: Dorival e Olindina (*in
memorian*)

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra que resume meu sentimento neste momento. Chegar até aqui não é mérito, é fruto da graça e bondade divina. Por isso, não me canso de agradecer a Deus pelo dom da vida, pelo infinito amor e misericórdia que me acompanham em cada momento, e principalmente nos mais difíceis desta caminhada.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio, incentivo e pela compreensão demonstrados em todas as minhas decisões.

Aos amigos pela escuta atenta a cada momento em que o sonho parecia ser impossível.

À Direção Geral e colegas do IF Goiano - Campus Posse pela amizade e pelo bom ambiente de trabalho que me fortaleceu e convenceu de que vale a pena “vestir a camisa” desta instituição.

Aos egressos dos Cursos Técnicos: Administração, Agropecuária e Informática e do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio pela colaboração com a realização dessa pesquisa.

Ao prof. Dr. Rodrigo Diego de Souza pela orientação e por sempre me tranquilizar diante das dificuldades.

Aos professores Dr^a. Letícia Lenzi e Dr. Fernando Bomfim Mariana pelas valiosas contribuições por ocasião da qualificação.

Ao prof. Nadson Vinícius dos Santos por sua disponibilidade e incentivo constantes.

À minha tia e primeira professora, Amélia Bispo Alves da Silva, por me conduzir desde a alfabetização até o final da primeira fase do ensino fundamental. Meus primeiros dias de aula foram na sala de sua casa. Em outra ocasião, por falta de espaço, estudamos embaixo de uma árvore. Seu exemplo me influenciou na escolha do magistério. Seus ensinamentos fizeram e fazem a diferença em minha vida.

Por fim, agradeço a todos (as) professores (as) que fizeram parte deste percurso e a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa.

Muito obrigada!

“Nós não formamos mão de obra para o mercado.
Formamos a classe trabalhadora que convive diariamente
com as contradições entre o capital e o trabalho”

Luzia Matos Mota

RESUMO

Ao longo da história da humanidade, o trabalho tem sido uma atividade fundamental na busca do ser humano pela sobrevivência, pela conquista da dignidade e do bem-estar. O contexto atual apresenta inúmeros desafios advindos das constantes mudanças no Mundo do Trabalho. Diante disto, os Institutos Federais, ao mesmo tempo em que oferecem ensino profissional, têm o desafio de fornecer uma educação para além dos ditames da mera reprodução do capital. Neste sentido, a presente dissertação se dispôs a avaliar, a partir da perspectiva dos egressos, a função social do Instituto Federal Goiano - Campus Posse na qualificação profissional para a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho. Esta pesquisa teve caráter quali-quantitativo e consistiu na análise documental da legislação que rege a educação profissional, de documentos oficiais produzidos pelo MEC e do Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Goiano. O arcabouço teórico baseou-se nos autores: Antunes (2008, 2014 e 2018), Ciavatta e Frigotto (2012), Frigotto (2012), Harvey (2016), Kuenzer (2002, 2011), Laval (2019), Pacheco (2011), Saviani (2007) e Souza (2019), dentre outros. A hipótese levantada foi que o IF Goiano-Campus Posse tem ofertado cursos de qualificação profissional com impacto direto sobre a empregabilidade do egresso, de forma a cumprir com uma de suas importantes funções sociais no campo da educação. Os sujeitos da pesquisa foram os egressos dos cursos: Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e egressos do curso técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, concluintes no período de 2015 a 2020/21. Para isto, foi elaborado e aplicado de forma *on-line* o “Formulário para coleta de dados e acompanhamento de egressos do Instituto Federal Goiano - Campus Posse”. Este instrumento constituiu o produto técnico-educacional desta pesquisa. Com base nos dados obtidos constatou-se a visão positiva dos egressos em relação à contribuição da instituição para a formação crítica e cidadã e para a inserção no mundo do trabalho. Como limitação, destacou-se a dificuldade em obter um maior quantitativo de respondentes. Para saná-la, sugeriu-se uma constante atualização de dados dos egressos e estudos futuros envolvendo a temática.

Palavras-chave: Educação Profissional. Mundo do trabalho. Institutos Federais. Campus Posse. Egressos.

ABSTRACT

Throughout the history of humanity, work has been a fundamental activity in the search of the human being for survival, for the conquest of dignity and well-being. The current context presents numerous challenges arising from the constant changes in the World of Work. Given this, the Instituto Federal, while offering vocational education, have the challenge of providing an education beyond the dictates of the mere reproduction of capital. In this sense, the present dissertation was set out to evaluate, from the perspective of the graduates, the social function of the Instituto Federal Goiano - Campus Posse in the professional qualification for the insertion of the subjects in the world of work. This research had a qualitative-quantitative character and consisted of the documentary analysis of the legislation that governs professional education, official documents produced by MEC and the Institutional Development Plan of IF Goiano. The theoretical framework was based on the authors: Antunes (2008, 2014 and 2018), Ciavatta and Frigotto (2012), Frigotto (2012), Harvey (2016), Kuenzer (2002, 2011), Laval (2019), Pacheco (2011), Saviani (2007) and Souza (2019), among others. The hypothesis raised was that the IF Goiano-Campus Posse has offered professional qualification courses with a direct impact on the employability of the graduate, to fulfill one of its important social functions in the field of education. The research subjects were the graduates of the courses: Technician in Administration, Technician in Agriculture, Technician in Informatics, and graduates of the technical course in Agriculture Integrated to High School, graduating in the period from 2015 to 2020/21. For this, the "Form for data collection and follow-up of graduates of the Federal Institute of Goiano - Campus Posse" was elaborated and applied online. This instrument constituted the technical-educational product of this research. Based on the data obtained, it was found the positive view of the graduates in relation to the institution's contribution to critical and citizen education and to their insertion in the world of work. As a limitation, the difficulty in obtaining a greater number of respondents was highlighted. To remedy it, it was suggested a constant updating of data of the graduates and future studies involving the theme.

Keywords: Professional Education. World of work. Federal Institutes. Campus Posse. Egress.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

EMI – Ensino Médio Integrado

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF Goiano – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

IF's – Institutos Federais

FIC – Curso de Formação Inicial e Continuada

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPCs – Projeto Pedagógico dos Cursos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UNB – Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Classificações de especialistas das condições do quadro empresarial	28
Figura 2 – Variação do número de pessoas ocupadas por grau de instrução	31
Figura 3 – Variação de pessoas ocupadas com ensino superior completo	32
Figura 4 – Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	43
Figura 5 – Distribuição dos campi do IF Goiano - 2020	45
Figura 6 – IF Goiano - Campus Posse	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de participantes: Curso e Modalidade	58
Gráfico 2 – Critérios para escolha do IF Goiano – Campus Posse	59
Gráfico 3 – Avaliação quanto à contribuição dos conteúdos para formação crítica e cidadã....	62
Gráfico 4 – Avaliação da didática adotada pelos professores	63
Gráfico 5 – Avaliação da infraestrutura	64
Gráfico 6 – Principais dificuldades encontradas na realização do curso	64
Gráfico 7 – Tipo de auxílio recebido pelo egresso durante o período de permanência no Campus Posse	66
Gráfico 8 – Participação dos egressos em projetos durante o período do curso	67
Gráfico 9 – Como estão os egressos em relação ao acompanhamento dos conteúdos no ensino superior	68
Gráfico 10 – Relação da área de formação com o trabalho	70
Gráfico 11 – Tipo de atividade exercida	72
Gráfico 12 – Tipo de vínculo empregatício	73
Gráfico 13 – Opinião dos egressos quanto ao atendimento da necessidade das empresas pelo conteúdo ministrado nos cursos	75
Gráfico 14 – Você considera que o IF Goiano – Campus Posse teve influência em sua contratação?	76
Gráfico 15 – Visão dos egressos em relação à contribuição do IF Goiano – Campus Posse para seu desenvolvimento profissional	78
Gráfico 16 – Visão dos egressos sobre a contribuição do IF Goiano – Campus Posse o desenvolvimento regional	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formulário para coleta de dados e acompanhamento de egressos do Instituto Federal Goiano – Campus Posse	52
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolaridade dos pais dos egressos	57
Tabela 2 – Mudanças após a conclusão do curso	60
Tabela 3 – Quantitativo de cursos, instituições e frequência	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CAPITALISMO COMO MODO DE PRODUÇÃO: A RELAÇÃO PARADIGMÁTICA DO TRABALHO COMO FORMA DE HUMANIZAÇÃO E MERCADORIA	20
2.1 Modificações hodiernas do mundo do trabalho	22
2.2 Trabalho e educação: A relação qualificação profissional e mercado de trabalho	29
2.3 Bandeiras educacionais dos IF's: Educação tecnológica (politécnica) em Saviani e Frigotto	33
2.4 Educação Omnilateral: Trabalho como princípio educativo	34
3 BREVE CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	41
3.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano: Campi e áreas de atuação	44
3.2 IF Goiano – Campus Posse	46
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
4.1 Sujeitos da pesquisa	50
4.2 Instrumento e Metodologia de Análise da pesquisa	51
4.3 O Produto técnico-educacional: Formulário para coleta de dados e acompanhamento de egressos do Instituto Federal Goiano – Campus Posse	52
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	56
5.1 Perfil dos egressos	56
5.2 Formação acadêmica e atendimento das necessidades regionais	61
5.3 Continuidade dos estudos dos egressos(as)	68
5.4 Contribuições do IF Goiano – Campus Posse para o crescimento pessoal e desenvolvimento regional	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	88
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre	91
Apêndice B – Questionários Egressos	93

1 INTRODUÇÃO

O trabalho faz parte da essência do ser humano. Ao longo da história da humanidade, constitui-se como atividade fundamental na busca pela sobrevivência, pela conquista da dignidade e do bem-estar. Por se tratar de uma questão crucial, foi e continua sendo objeto de discussão. Os aportes teóricos e considerações a respeito desse tema são vastos e complexos. Assim, esta pesquisa buscou trazer alguns aspectos que envolvem o caráter paradigmático desta questão. Dentre outros aspectos, é importante salientar também as dificuldades para sua realização, visto que compreendeu o período de crise, agravada pela pandemia da Covid-19.

O contexto atual apresenta inúmeros desafios advindos das constantes mudanças no Mundo do Trabalho. De modo particular, a (de)reforma trabalhista trouxe um cenário caótico incertezas e perda de direitos. Tudo isso fundamentado e voltado ao atendimento dos interesses do sistema capitalista.

No campo da educação essa realidade representa um desafio, pois esta não deve voltar-se para a mera formação de mão de obra que atenda às necessidades do mercado de trabalho. Sua função é a de fornecer uma educação omnilateral e tecnológica, crítica, reflexiva e para a garantia da cidadania e dignidade dos sujeitos, conforme a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996). Os artigos 36, 37, 39, 40, 41 e 42 desta Lei tratam da Educação Profissional técnica de nível médio e propõem que seja integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Como disposto no artigo 1º do Decreto 5154/04 de 23 de julho de 2004, a educação profissional tem como objetivos:

- I. Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício das atividades produtivas;
- II. Proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III. Especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalho em seus conhecimentos tecnológicos;
- IV. Qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Esses objetivos traduzem a importância da educação profissional para o crescimento do cidadão e para o desenvolvimento da sociedade. Esta modalidade educacional teve sua origem

em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, que deu origem à Rede Federal.

Inicialmente, seu caráter era assistencialista, mas ao longo do século várias mudanças aconteceram. Atualmente, como fruto de uma política pública educacional nascida no contexto do segundo mandato do presidente Lula, temos os Institutos Federais, criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Essas instituições são autarquias de regime especial, baseadas numa educação humanístico-técnico-científica. Dentre outras características, articula diversos níveis de ensino conforme se constata no Art. 2º da referida Lei:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008).

Como garante o documento das Diretrizes e Orientações, o “novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade”, visando à construção de um país “soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional”(BRASIL, 2008). Dessa forma, os Institutos Federais são instrumentos de transformação social e resgate da cidadania. Por isso, devem garantir que os setores historicamente alijados dos processos de desenvolvimento sejam incorporados e obtenham êxito por meio da educação profissional.

Nessa direção, o interesse por este tema emergiu de minha atuação como servidora técnico-administrativa na Rede Federal, pelas inquietações e desejo de compreender efetivamente o impacto que a instituição em questão exerce no contexto local e regional. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, localizado na microrregião do Vão do Paranã, atua em diversos níveis e modalidades de ensino, oferta formação inicial e continuada, ensino técnico de nível médio, ensino superior e pós-graduação.

A presente pesquisa questiona como o campus do Instituto Federal Goiano, na cidade de Posse, vem atuando na qualificação profissional no sentido de contribuir para a inserção dos egressos no mundo do trabalho. O plano de desenvolvimento institucional assegura que o IF Goiano é uma instituição de educação, ciência e tecnologia que tem, também, como finalidade ofertar ensino público, gratuito e de qualidade, pautando-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão voltada para o desenvolvimento regional.

Vale dizer que esta instituição desde a sua fundação em 2013 não abrange somente os estudantes, como também seus atores sociais por meio das ações de pesquisa e extensão. Dentre outros aspectos, o documento preconiza uma formação integrada, voltada ao pleno exercício da cidadania e que garanta melhores condições de vida à população:

A relação do conhecimento com o mundo do trabalho representa condição indispensável para um ensino de qualidade, no qual os conteúdos trabalhados sejam contextualizados e tratados de forma integrada, levando a uma constante reflexão e intervenção na realidade atual. Essa relação oportuniza o rompimento da dicotomia entre teoria e prática e entre a formação técnica e a formação humana, objetivando uma formação integrada e integral. Dessa forma, a prática educativa deve promover o desenvolvimento do senso crítico do estudante em relação ao mundo e ao pleno exercício de sua cidadania, capacitando-o para as inovações tecnológicas. Essas premissas devem estar pautadas nos princípios da igualdade, solidariedade, equidade e sustentabilidade, que estão em consonância com os objetivos de melhorar as condições de vida da população, de criar mecanismos para uma melhor redistribuição de renda e de, conseqüentemente, primar por uma maior justiça social. (PDI, 2019-2023, p. 58)

A qualidade da formação ofertada e o compromisso social constitui uma tarefa fundamental para as instituições. As atividades de ensino, pesquisa e extensão são meios pelos quais se concretizam mudanças na sociedade. De forma particular, os egressos podem avaliar o nível de eficácia de tais ações e, a partir de sua visão e experiência, serem portadores das demandas da sociedade.

Diante o exposto, surge a seguinte questão: a formação profissional ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Posse tem favorecido a inserção profissional dos egressos?

Considerando a limitação de instrumentos e a dificuldade em responder a essa indagação, esta pesquisa procurou contribuir para a reflexão sobre o tema. Como produto técnico-educacional, elaboramos e aplicamos um formulário junto aos egressos dos cursos concomitantes Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática e egressos do curso técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. **A hipótese da pesquisa é que o IF Goiano tem ofertado cursos de qualificação profissional com impacto direto sobre a empregabilidade do egresso, de forma a cumprir com uma de suas importantes funções sociais no campo da educação.**

Nessa perspectiva, esta pesquisa traz como objetivo geral **avaliar, a partir da perspectiva dos egressos, a função social do Instituto Federal Goiano – Campus Posse na qualificação profissional para a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho**, que se desdobra nos seguintes objetivos específicos: i) identificar a função social dos IFs na legislação e nos documentos institucionais; ii) problematizar a relação qualificação do trabalho e mercado de trabalho; iii) elaborar e aplicar o produto técnico-educacional junto aos egressos dos cursos: Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e egressos do curso técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; iv) analisar o resultado do levantamento de campo.

Para melhor compreendermos os elementos geradores da problemática, faz-se necessário conhecer um pouco a instituição a ser pesquisada e o contexto no qual se insere. Assim, iniciamos com breves informações a respeito de sua localização e histórico.

A microrregião do Vão do Paranã, localizada no estado de Goiás, é composta por 12 municípios. Sua população total estimada é de 123.040 habitantes. De acordo com dados do IMB(2010), nesta microrregião encontram-se 4 dos 10 municípios com maior índice de vulnerabilidade, sendo eles: Guarani de Goiás, Flores de Goiás, São Domingos e Iaciara. Por isso, durante muito tempo foi estigmatizada como “corredor da miséria”. Economicamente essa microrregião é caracterizada pela agricultura de subsistência, o que não exclui a existência de grandes fazendas que se destacam pela criação de gado e pela influência do agronegócio, presente principalmente no oeste baiano, bem próximo de alguns municípios.

No campo educacional há uma tradição histórica da necessidade dos jovens se deslocarem até a capital do Estado, ou outros grandes centros urbanos, em busca do ensino superior. Embora o município de Posse seja sede de um *Campus* da Universidade Estadual de Goiás (UEG), até 2012 o Vão do Paranã contava apenas com essa instituição de ensino superior pública. Outro fator preocupante é a situação da juventude dessa microrregião, na qual se encontram 4 dos 10 municípios com maior índice de vulnerabilidade, sendo eles: Guarani de Goiás, Flores de Goiás, São Domingos e Iaciara, conforme dados do IMB (2010).

Respondendo a essa demanda de aumento do número de oportunidades, o Instituto Federal Goiano - Campus Posse, desde 2013, oferece formação profissional em nível médio e técnico, como também para a formação em nível superior nessa microrregião. Assim, em 2015 concluiu-se a primeira turma do curso Técnico em Informática, em 2016 do curso Técnico em Agropecuária, e em 2017 do curso Técnico em Administração, sendo os três concomitantes.

A primeira turma que concluiu o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao ensino médio foi em 2018. Em 2021 foi concluída a do curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao ensino médio. As turmas dos cursos superiores se encontram em andamento, visando à conclusão da primeira turma, em 2022, dos cursos de Bacharelado em Agronomia e Bacharelado em Administração.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar o modo pelo qual o Instituto Federal Goiano – Campus Posse está garantindo uma Educação Profissional de qualidade e contribuindo para inserir os egressos no mundo do trabalho. Haja vista que os Institutos Federais foram criados – Lei 11.892 (29 de dezembro de 2008) – para proporcionar aos cidadãos competência técnica, qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino, desde a formação inicial e continuada de trabalhadores à formação de nível médio e

superior.

Além desta introdução, esta pesquisa traz quatro capítulos, que se dividem em teoria e análise, seguidos das considerações finais.

No primeiro capítulo é feita uma abordagem acerca do capitalismo como forma de produção, trazendo as modificações hodiernas do mundo do trabalho, a relação qualificação profissional e mercado de trabalho, as bandeiras educacionais dos Institutos Federais e a educação omnilateral.

No segundo capítulo é apresentado um breve contexto da Educação Profissional no Brasil e do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano. É apresentado também um breve histórico do Campus Posse e a descrição dos cursos cujos egressos são sujeitos da pesquisa.

O terceiro capítulo relata brevemente os procedimentos metodológicos escolhidos para este estudo, apresentando o instrumento de coleta de dados utilizados no processo de investigação. Este instrumento denomina-se: **“Formulário para coleta de dados e acompanhamento de egressos do Instituto Federal Goiano - Campus Posse”**. Ele consiste no produto técnico-educacional desta pesquisa de mestrado em Educação na modalidade profissional. É constituído por 34 questões, sendo 31 de múltipla escolha e 3 questões abertas.

No quarto capítulo são apresentados os gráficos relacionados aos dados obtidos, bem como uma breve análise e discussão deles. Por fim, as considerações finais trazem uma visão geral acerca da realização dos objetivos propostos, as principais constatações da pesquisa e novas perspectivas a respeito do tema em questão.

2 CAPITALISMO COMO MODO DE PRODUÇÃO: A RELAÇÃO PARADIGMÁTICA DO TRABALHO COMO FORMA DE HUMANIZAÇÃO E MERCADORIA

Ao longo da história da humanidade, o trabalho tem sido uma atividade fundamental na busca do ser humano pela sobrevivência, pela conquista da dignidade e do bem-estar. Ao afirmar que Marx foi o primeiro autor a tratar a dialética do trabalho, Antunes (2018, p. 167) lembra uma célebre distinção entre o “pior arquiteto e a melhor abelha”: o primeiro concebe previamente o trabalho que vai realizar, enquanto a abelha labora instintivamente (MARX, 1971, *apud* ANTUNES, 2008). Esta ação consciente do ser humano sobre a natureza torna-o capaz de transformá-la e de transformar-se, ou seja, é uma dialética de transformação, mediadora de produção e reprodução de vida.

De forma complementar, a concepção mencionada por Souza (2019, p. 40) considera inicialmente o trabalho como a relação do ser humano com a natureza. Nessa relação dialética a qual o homem transforma a natureza e é ao mesmo tempo transformado, também faz dele um ser social. Por essa característica ontológica “ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 2007, *apud* SOUZA, 2019, p. 41), tal produção está condicionada aos meios disponíveis e ao contexto histórico, bem como seus avanços. Além disso, também devem ser consideradas as “condições dadas socialmente, historicamente, economicamente que possibilitam a produção contínua dos meios de vida” (SOUZA, 2019, p. 42). Como continua o autor, “o ser humano enquanto ser social produz a sua vida, constrói a sua história, transforma-se em homem cotidianamente se humanizando e transformando a realidade” (SOUZA, 2019, p. 42).

Entretanto, na sociedade capitalista o trabalho assume um sentido negativo, como afirma Antunes (2018):

[...] se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado e abstrato. Ou seja, na medida em que ele é imprescindível para criar riquezas para o capital, ele se transforma em objeto de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação. O trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital. (ANTUNES, 2018, p. 168)

Embora o trabalho concreto seja um fator de humanização, no capitalismo transforma-se em objeto capaz de criar riqueza ao capital, sua principal característica é a produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. A força de trabalho, cuja finalidade

anterior era garantir a subsistência e a sociabilidade, passa a ser mercadoria. Essa mercadoria está a serviço da valorização do capital. Apesar de consumir todas as suas energias, o trabalho já não mais significa vida ao trabalhador, mas seu sacrifício, exploração e alienação aos interesses da produção capitalista.

O mundo financeiro é o detentor da hegemonia da riqueza mundial, ele é profundamente destrutivo em relação ao trabalho, através da devastação da classe trabalhadora. Diferentemente dos sistemas anteriores que produziam para suprir as necessidades humano-sociais, a lógica do modo de produção capitalista visa prioritariamente o lucro, de modo que “o valor de uso dos bens socialmente necessários subordina-se ao seu valor de troca” (ANTUNES, 2018, p. 170). Por isso, a precarização, a informalidade e a terceirização, que no passado eram exceção, passam a ser regra. São medidas destrutivas as quais se escondem sob o pretexto de modernização. O trabalho sem direitos passa a configurar a precarização estrutural, presente em diversos países. Vejamos a análise de Antunes:

Uma análise do capitalismo atual nos obriga a compreender que as formas vigentes de valorização do valor trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, ao mesmo tempo que expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores, que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados. Esse processo tem clara funcionalidade para o capital, ao permitir a intensificação, em larga escala, do bolsão de desempregados, o que reduz ainda mais a remuneração da força de trabalho em amplitude global, por meio da retração salarial daqueles assalariados que se encontram empregados. (ANTUNES, 2018, p 100)

Conforme mencionado acima, a retração salarial é uma das condições a qual se submetem os trabalhadores que ainda conseguem emprego. Soma-se a isso a precariedade e o aumento da jornada de trabalho, muitas vezes levando ao adoecimento. Tais mudanças “resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 221). Mais grave ainda é constatar que por não estarem assegurados pelas leis trabalhistas são abandonados à própria sorte.

Além da precarização e exploração, outro aspecto abordado por Antunes (2018) é o fenômeno social da alienação. Para isso, recorre ao seguinte texto de Marx:

Meu trabalho seria livre projeção exterior de minha vida, portanto desfrute de vida. Sob o pressuposto da propriedade privada (em troca), é estranhamento de minha vida, posto que trabalho para viver, para conseguir os meios de vida. Meu trabalho não é vida. [...] uma vez pressuposta a propriedade privada, minha individualidade se torna estranhada a tal ponto, que essa atividade se torna odiosa, um suplício e, mais que atividade, aparência desta; por consequência, é também uma atividade puramente imposta, e a única coisa que me obriga a realizá-la é uma necessidade extrínseca e acidental, não a necessidade interna e necessária. (MARX, 1978, p. 293 *apud* ANTUNES, 2018, p.147)

Conforme exposto acima, a alienação consiste no estranhamento do produto pelo seu criador. Como o trabalhador não possui os meios de produção, ele se desumaniza e não se reconhece na atividade produtiva. Aquilo que ele produz não faz parte de sua vida, não lhe pertence. A mercadoria produzida não é para seu consumo, mas convertida em lucro pelo detentor do capital e dos meios de produção. Por isso, o trabalho se torna uma atividade pesada, odiosa, regida pela necessidade de sobrevivência.

A divisão do trabalho na sociedade capitalista leva o trabalhador a se alienar e com a separação das etapas do processo produtivo, ele é levado à reprodução mecânica. De certa forma, é considerado uma extensão da máquina ou marionete das exigências do mercado. Suas qualidades humanas não são levadas em conta. Tanto o trabalhador como o objeto produzido são transformados em mercadoria. Assim, um trabalhador produz uma peça sem ter sequer noção de sua utilização, nem do valor a ele agregado. Como só tem a oferecer sua força de trabalho, torna-se dependente das determinações e exigências capitalistas.

2.1 Modificações hodiernas do mundo do trabalho

O mundo do trabalho foi impactado pelas transformações advindas do capitalismo nas últimas décadas do século XX. Para compreender tais mudanças é necessário lembrar que elas passam pela financeirização da economia, pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva em escala global. Assim:

A complexa realidade das relações de trabalho no país – agravada pelas medidas reativas do capital à crise econômica, pelo processo mundial de reordenação política e econômica, pela globalização da economia, pela organização dos blocos econômicos, acompanhados das recentes mudanças tecnológicas e organizacionais do trabalho na produção e nos serviços – introduz sérios desafios aos trabalhadores brasileiros que se somam às antigas lutas contra a exclusão social e pela conquista e manutenção dos direitos de cidadania. (CUT,1995, p.32-33 *apud* ANTUNES,2015, p. 304)

Opostamente ao que se esperava, a globalização torna-se instrumento de produção das desigualdades. Há uma fragmentação e exclusão social causada pelo aumento do desemprego, da pobreza, da fome e da insegurança no cotidiano, soma-se a isso uma defesa da flexibilização imposta pelos princípios liberais em detrimento da regulamentação do Estado. Estabelecendo e garantindo os direitos conquistados pelos cidadãos, as mudanças e avanços tecnológicos que deveriam ser instrumentos de melhoria de vida para as pessoas são colocados a serviço do capital.

Para Antunes (2018, p. 30-31), “a (nova?) divisão internacional do trabalho” atribui ao Norte do mundo a indústria considerada “limpa”, e ao Sul, a indústria “suja”. Porém, a globalização permite que, mesmo em proporções diferentes, tanto o Norte como o Sul possuam os dois tipos de indústrias. Assim, com o “fechamento da última mina de carvão na França, [...] a extração passou a ser feita quase que exclusivamente no Sul do mundo, na Colômbia, no Chile, na Venezuela, na China, no Congo, na África do Sul etc.”. O novo proletariado de serviços, composto por mundos diferentes e desconectados considera como “limpo” o trabalho realizado nos escritórios e “sujo” o trabalho nas minas.

Essa segmentação de produção e de cadeias de valor traz como consequência as condições precárias, as subcontratações e a exclusão de muitos trabalhadores do mercado de trabalho. No que se refere à revolução tecnológica, a globalização vem produzindo e agravando desigualdades através da imposição de modelos. Há um acirramento da condição de dependência e de atraso entre países. De modo bem claro, Antunes (2008) apresenta as novas formas de operariado, que ele denomina como “nova morfologia do trabalho”.

[...] compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em relativo processo de encolhimento [...] até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. *Nova morfologia* que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial estável de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade-toyotizada, das novas modalidades precarizadas de trabalho, de que são exemplos os trabalhadores de *telemarketing* e *call center*, os *motoboys* que morrem nas ruas e avenidas, os digitalizadores que laboram (e se lesionam nos bancos, os assalariados do *fast food*, os trabalhadores jovens dos hipermercados etc. (ANTUNES, 2008, p. 53)

Como se pode perceber, as mudanças no mundo do trabalho são constantes. . Ainda segundo Antunes (2014):

A expansão das empresas de *call centers* e telemarketing e das empresas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), cada vez mais imprescindíveis para a redução do tempo de circulação do capital, acabou por incentivar a expansão de um novo proletariado de serviços, o *infoproletariado* (Antunes e Braga, 2009) ou o *cybertariat*, na feliz expressão de Ursula Huws (2003). Assim, em plena era da *informatização do trabalho* no mundo maquinal-digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pelo aumento da *informalização do trabalho*, presente na ampliação dos terceirizados, subcontratados, flexibilizados, em tempo parcial, teletrabalhadores, ampliando o universo do trabalho precarizado. (ANTUNES, 2014, p.41)

É importante destacar que a contradição implícita que essas novas formas de trabalho trazem nem sempre são percebidas pelos trabalhadores. Por outro lado, aqueles que a percebem, na maioria das vezes, se submetem por falta de opções. O que deveria facilitar a vida dos

trabalhadores é na verdade utilizado para aumentar a exigência de assiduidade e produtividade, cujo objetivo é o enriquecimento dos proprietários dos meios de produção.

As grandes empresas e plataformas digitais utilizam um discurso no qual propõem-se a intermediar atividades entre consumidor final e trabalhadores, oferecendo serviços de forma autônoma. A uberização é uma das facetas da flexibilização do trabalho colocada em prática no Brasil atual. Este termo surgiu em referência à empresa Uber, que é gestora de uma plataforma digital que oferta serviços de transporte. Antunes (2020, p. 13) conceitua a uberização como um "[...] processo no qual as Relações de Trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de prestação de serviços”.

Nesse sentido, além da uberização, podemos citar também o contrato zero horas, a pejetização, o *home office* e o teletrabalho. Com o distanciamento social, sobretudo durante os anos de 2020 e 2021, o papel dos trabalhadores de aplicativos ganhou grande destaque. Se antes no capitalismo o empregador disponibilizava os meios de produção, hoje é o próprio trabalhador que deve providenciar.

Para Antunes (2018), outra grande transformação ocorrida no modo de produção capitalista é a flexibilização, também compreendida como precarização do trabalho. Ela decorre da ruptura do padrão fordista de produção e se expressa de diversas formas:

Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural (ANTUNES, 2018, p. 209).

A diminuição de fronteiras entre a atividade laboral e espaço da vida privada tornou-se mais amplo e evidente durante o período da pandemia, uma vez que praticamente todos os trabalhadores realizaram seus trabalhos em *home office*. De forma particular, a situação feminina foi impactada pelo acúmulo de atividades num mesmo ambiente e horários. Essa flexibilização de horários que, à primeira vista parece positiva, é atrelada a uma imposição de produtividade. Na verdade, ela leva a um aumento do tempo de trabalho para o alcance de metas a serem atingidas.

Tais modificações se tornaram aceitáveis por meio da flexibilização das leis e da retirada de direitos trabalhistas. O aumento dessa exploração do trabalho favorece a acumulação capitalista e, conseqüentemente, o desemprego estrutural ou tecnológico. Ela também acontece através do rebaixamento salarial, aumento de idade para aposentadoria e da privatização de políticas sociais. Sob o discurso de flexibilização e modernização torna-se o

trabalho humano adaptado ao cenário de incerteza, uma vez que o trabalhador se vê desprovido de direitos e garantias.

Outro aspecto importante é que a flexibilização favorece às empresas a possibilidade de mudar as características do trabalho de acordo com suas conveniências. Essa mudança permite contratações com salários menores, por turno ou escala. Permite ainda a demissão de trabalhadores quando não houver necessidade de sua força de trabalho, desobrigando-as de pagarem direitos. Isso enfraquece ainda mais o trabalhador e torna mais complexa a fronteira entre ocupação e não-ocupação na qual ele se encontra, além disso, aumenta-se sua incerteza também no sentido jurídico.

A reforma (deforma) trabalhista, institucionalizada por meio da aprovação da Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, conduz a organização do trabalho e as relações trabalhistas da flexibilização à precarização. Com o pretexto de adaptação às novas demandas e criação de novos postos de trabalho, esta lei implanta uma série de alterações. Dentre elas está o contrato intermitente, permitido pela nova redação do §3º do art. 443 da CLT, onde a prestação de serviço é realizada de forma descontínua, cujo pagamento se limita às horas efetivamente trabalhadas.

Diante disso, o trabalhador se vê em uma situação de total insegurança ante as oportunidades que podem ou não aparecer. Semelhante insegurança se dá também por meio da terceirização, agora permitida em qualquer natureza de atividade. Conhecida como subcontratação ou *outsourcing*, ela se caracteriza pela transferência de parte de sua produção à outra empresa, pelo empregador inicialmente contratado. Além dessas situações que subtraem os direitos trabalhistas, a reforma retirou do vínculo empregatício do autônomo a continuidade e exclusividade.

Em relação à remuneração a situação chega ao absurdo de eliminar qualquer limite mínimo remuneratório e no caso dos contratos intermitentes e autônomos, o salário pode chegar a zero. A flexibilidade da remuneração proposta pela Lei 13.467/2017 retira a natureza salarial de diárias de viagens, ajudas de custo e abonos. Quanto à jornada de trabalho a reforma autorizou o acréscimo de até duas horas extras através de simples acordo individual e ainda o aumento de 10 para 12 horas de jornada diária máxima, intercalada com 36 horas de descanso. Ao permitir o regime de compensação de horas extras, foi dispensado o pagamento delas.

Corroborando com todas essas dificuldades, os sindicatos que sempre lutaram a favor dos trabalhadores sofrem ataques ao regular a proteção dos direitos. Essa fragilização dos sindicatos compromete também o acesso à justiça, já que sozinho, o trabalhador, além de não ter a devida força e orientações, encontrará mais entraves e estará obrigado a custear os

honorários referentes às causas. Ou seja, os poucos direitos garantidos correm o risco de não serem respeitados, favorecendo a mercadorização da força de trabalho.

Esse contexto de precarização das relações de trabalho e de retirada de direitos, formalizado pela reforma (deforma) trabalhista, tem suas raízes na crise estrutural do capitalismo, onde vislumbra-se o ideário do trabalho autônomo. O empreendedorismo é apresentado como solução e como oportunidade para as pessoas se autogerirem, desobrigando o Estado de fomentar políticas públicas. De certa forma, os trabalhadores são culpabilizados por sua situação e por isso obrigados a buscarem saídas.

[...] o desemprego não é considerado como a consequência da defasagem estrutural entre o número de empregos criados pelo sistema econômico e o número de pessoas ativas suscetíveis a ocupar esses empregos. Ele resulta de “falhas de empregabilidade” de uma parte da população e, portanto, de sua “falta de adaptação” diante das necessidades da empresa. Nessa perspectiva, o problema do desemprego será resolvido incitando ou obrigando os desempregados a melhor “gerenciar suas competências” [...] (GAULEJAC, 2007, p. 184 *apud* CARMO, 2021 p. 25).

Como dito acima, o neoliberalismo ignora as consequências de suas estratégias e transfere ao trabalhador a responsabilidade pela crise, pela não adaptação às necessidades da empresa. Sendo “culpado” resta-lhe a alternativa de buscar uma solução para sua situação de insucesso ou fracasso. O falso discurso otimista é construído no sentido de reafirmar que passa pelo desespero do desemprego quem não se esforçou o suficiente, quem não soube gerenciar suas competências. Por isto, deve valer-se de suas economias para “correr atrás” de algo que favoreça o seu sustento, mesmo sem garantias de que seu empreendimento terá sucesso.

Para conhecer um pouco sobre a situação do empreendedorismo no Brasil, recorreremos aos dados disponibilizados pela *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), que é um consórcio em rede formado por equipes de vários países associadas às principais instituições acadêmicas. Seu trabalho é baseado em pesquisas sobre empreendedorismo e ecossistemas de empreendedorismo em todo o mundo, sendo a única fonte de pesquisa global que coleta dados sobre empreendedorismo diretamente de empreendedores individuais.

Esse levantamento mostra que a pandemia da COVID-19 trouxe mudanças drásticas em todo o mundo e provocou a diminuição de renda das famílias. Os empreendedores são considerados parte do cenário em mudança, pois através de redes fornecem soluções para os desafiantes problemas tanto sociais como econômicos e ambientais.

Dados do Relatório da GEM 2021/2022, demonstram que o Brasil ascendeu duas posições no ranking global em termos de taxa de empreendedorismo total no período analisado. Em 2019, o número de empreendedores era de 53,4 milhões, caindo para 44 milhões em

2020. Isso representa uma perda 9,4 milhões em 2020. Em 2021, o país atingiu o patamar mais baixo desde 2013. Esse relatório entende como empreendedores pessoas entre 18 e 64 anos de idade à frente do próprio negócio. Para fins de classificação, considera uma lista de 47 países, onde em 2020 o Brasil ocupava o sétimo lugar. Em 2021, chegou à quinta posição, ficando atrás da República Dominicana (45,2%), Sudão (41,5%), Guatemala (39,8%) e Chile (35,9%).

A motivação para iniciar um empreendimento varia de acordo com a idade, nível de renda e cultura. Os mais jovens tendem a ser mais idealistas e concordar em maior intensidade com o motivo “fazer a diferença no mundo”, enquanto os mais velhos são mais realistas, concordando com o motivo “ganhar a vida porque os empregos são escassos”.

O Relatório Global GEM mostra como a pandemia influenciou os níveis de empreendedorismo. Considerando 2019 como pré-pandemia, 2020 a primeira onda e 2021 como segunda ou terceira onda, e dadas as diferenças entre os diversos países pesquisados, percebe-se que a experiência mais comum foi mista. Para 15 das economias, houve uma diminuição do nível de Atividade Empreendedora Total em Estágio Inicial (TEA) de 2019 para 2020 e um aumento posterior. Isso teve influência da diminuição do trabalho devido aos bloqueios e suspensão de atividades causadas pela pandemia.

Ainda de acordo com Relatório Global GEM, em 2020 foram estabelecidas muitas empresas e estas aguardavam novas oportunidades. Houve liberação temporária de pacotes de recursos por parte de vários governos, o que favoreceu o aumento de experiências empreendedoras (HILL, et al, 2022, p. 47).

Figura 1 – Classificações de especialistas das condições do quadro empresarial



Fonte: Relatório Global do Monitor de Empreendedorismo Global 2021/2022 p. 94

De acordo com o gráfico, o Brasil obteve o segundo menor nível entre as economias GEM Nível C nos quesitos referentes à Facilidade de Acesso a Financiamento e em Políticas Governamentais: Impostos e Burocracia. O primeiro caso afeta principalmente a questão de investimentos em tecnologia digital. Já o segundo dificulta o início dos empreendimentos pelo alto custo dos impostos e pelas dificuldades burocráticas, fazendo com que muitos empreendedores não registrem seus negócios.

A falta de investimento em infraestrutura coloca o Brasil em terceiro menor nível GEM. Opostamente, na condição de Facilidade de Entrada: Dinâmica de Mercado, o Brasil foi classificado em terceiro lugar entre as melhores economias GEM de Nível C, que são aquelas com Produto Interno Bruto (PIB) per capita inferior a US \$20.000. Provavelmente essa pontuação é reflexo de uma economia doméstica com consumidores voltados para novos produtos e serviços. Apesar das dificuldades e desafios, a garantia de consumidores domésticos é um sinal de esperança e crescimento (HILL, et al, 2022, p. 95).

2.2 Trabalho e educação: A relação qualificação profissional e mercado de trabalho

Um dado muito significativo apontado pelo Relatório GEM 2021 é a questão da educação empreendedora, e a nação com maior pontuação nesse quesito foi a Finlândia, cujo governo prioriza a educação. De acordo com o gráfico, a pontuação do Brasil foi de 1,6 para este item. Das 13 condições apresentadas, esta foi classificada em último lugar, em 39 das 50 economias pesquisadas, já o índice em relação ao empreendedorismo pós escola é de 4,2.

Com isso, se percebe a falta deste aspecto durante a formação dos jovens, as consequências dessa lacuna poderiam, a longo prazo, influenciar a criação de novos empreendimentos e comprometer o crescimento econômico. Daí, novamente compreendemos que a educação tem papel preponderante em vários aspectos da sociedade. Sem ela, tornam-se menores as possibilidades de crescimento do indivíduo. Então, como, de fato, a educação pode contribuir? Qual sua relação com a preparação do indivíduo para o mundo do trabalho?

Antes de responder a essas questões é necessário lembrar que nossa realidade tem como contexto as transformações que vêm ocorrendo por meio das novas formas de organização do trabalho. Ao mesmo tempo, é impactada pelas consequências nefastas da fragilização da força de trabalho imposta pela flexibilização e pelo desemprego. Nesse sentido, há uma tendência dos organismos internacionais de inculcar na educação a função de instrumentalização, conforme indicam as prescrições do Banco Mundial:

Detalhados estudos econométricos indicam que as taxas de investimentos e os graus iniciais de instrução constituem robustos fatores de previsão de crescimento futuro. Se nada mais mudar, quanto mais instruídos forem os trabalhadores de um país, maiores serão suas possibilidades de absorver as tecnologias predominantes, e assim chegar a um crescimento rápido da produção. (...) O desenvolvimento econômico oferece aos participantes do mercado de trabalho oportunidades novas e em rápida mudança. (BANCO MUNDIAL, 1995:26-35)

Se, por um lado, podemos considerar bem-vindos os investimentos, por outro é necessária muita atenção para perceber nas entrelinhas que esses organismos não têm como centro o bem-estar do indivíduo, seu amplo desenvolvimento e formação. O interesse deles é voltado para o crescimento da produção, que vai gerar lucro e assim alimentar o capitalismo. Paradoxalmente, como já discutimos, a intensificação da produtividade pode levar à precarização ou à supressão do emprego. A participação no mercado de trabalho se dá na medida em que contribui para o crescimento da classe dominante. Dessa forma, fica clara a existência de conflitos de visões e de interesses de especialistas, grupos sociais e entidades no que diz respeito às relações entre mercado de trabalho e qualificação profissional.

Nesse sentido, conforme afirma Frigotto, o “apagão educacional” é uma contradição das práticas da elite brasileira, que se subordinam aos “centros hegemônicos do sistema capital”. Por isso, o fato de muitos jovens que buscam qualificação e de outros que, mesmo qualificados, tem necessidade de buscar trabalho em outros países devido às “contradições de uma sociedade que, como vimos, tem a miséria, o mercado informal, o analfabetismo ou a escolaridade precária como sua forma de ser” (FRIGOTTO, 2018, p.55).

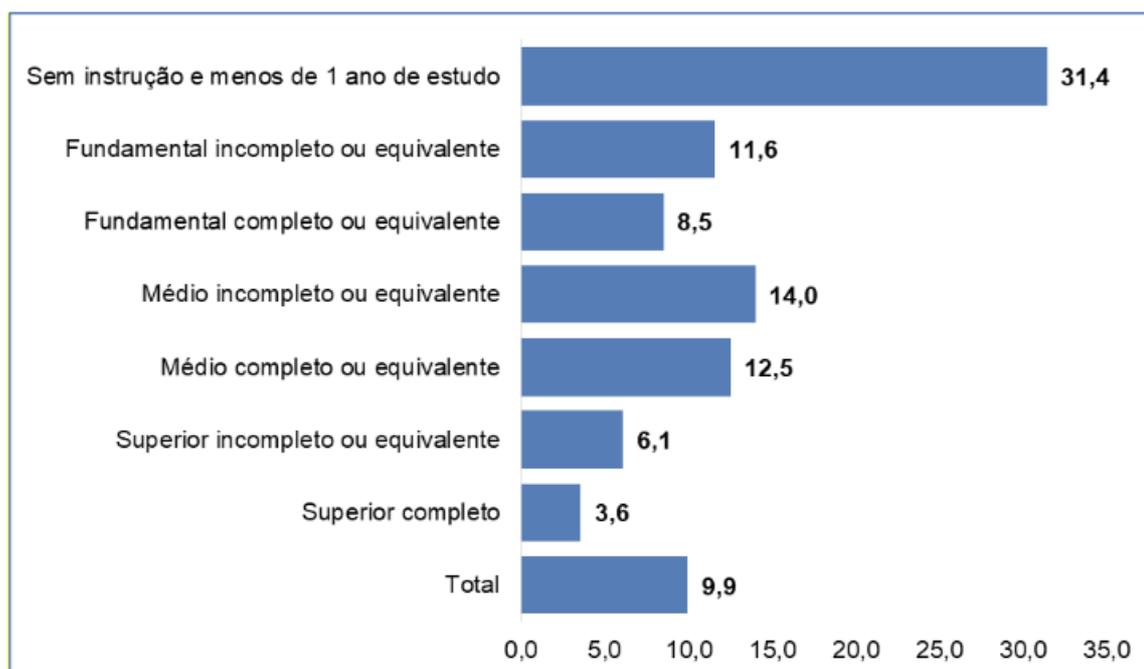
O grito de “apagão educacional” reitera, e de forma cada vez mais cínica, uma cultura de violência societária que culpa a vítima por sua desgraça. O analfabeto, o sem-terra, o subempregado, o não qualificado, o não empreendedor ou o não “empregável” assim o são porque não souberam, não quiseram ou não se esforçaram em adquirir o “capital humano” ou as “competências” que os livrariam do infortúnio e seriam a mão de obra qualificada que iluminaria o crescimento acelerado. (FRIGOTTO, 2009, p.54)

Essa violência societária constitui algo grave, que muitas vezes não é percebido por aqueles que a sofrem, há um discurso, sutil e ao mesmo tempo falacioso, que cada vez mais tenta persuadir os desempregados como culpados pela situação na qual se encontram. Ao mesmo tempo, não se leva em conta suas necessidades de formação, mas as necessidades do mercado, é uma lógica invertida, que demonstra desconhecer a dignidade humana.

Nesse contexto, ao qual exige mudança de mentalidade e de atitude, a educação tem papel fundamental. Porém, não se deve delegar a ela total responsabilidade. Apesar de ser meio de preparação do indivíduo para o mundo do trabalho, isso não garante que ele realmente encontre uma ocupação de acordo com a sua formação. Isso pode ser constatado através dos dados do DIEESE, apresentados nos gráficos a seguir.

Figura 2 – Variação do número de pessoas ocupadas por grau de instrução

Variação do número de pessoas ocupadas por grau de instrução (em %)
Brasil – 2^{os} trimestres de 2021 e de 2022



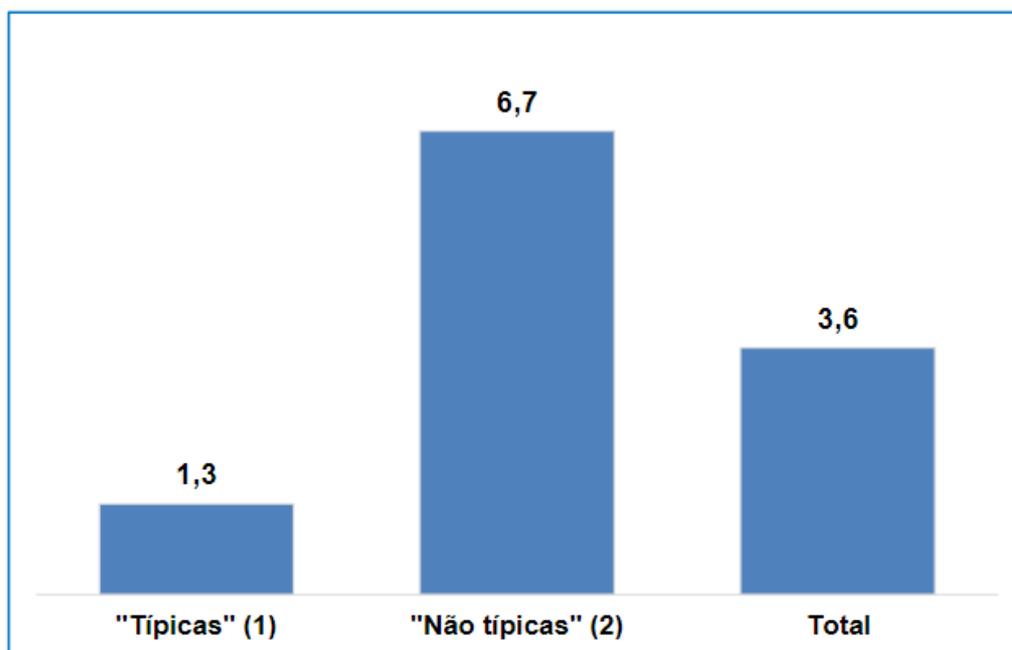
Fonte: IBGE. Pnad Contínua
 Elaboração: DIEESE

Fonte: DIEESE - boletim emprego em pauta - N° 23 - Ocupação cresce em posições menos complexas - setembro/2022

O gráfico acima mostra o crescimento da ocupação, isto ocorreu com pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo (31,4%). O segundo maior aumento foi entre as que possuem ensino médio incompleto ou equivalente (14,0%), seguido por quem possui ensino médio completo ou equivalente (12,5%). O menor crescimento de ocupação ocorreu com pessoas formadas no ensino superior completo (3,6%).

Figura 3 – Variação de pessoas ocupadas com ensino superior completo

Variação do número de pessoas ocupadas com ensino superior completo, segundo tipo de ocupação (em %)
Brasil – 2^{os} trimestres de 2021 e de 2022



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Típicas = grupamento ocupacional de diretores e gerentes e profissionais das ciências e intelectuais; (2) não típicas = demais

Comparando o número de ocupados com ensino superior no 2º trimestre de 2021 e 2022, houve um acréscimo de 749, destes, apenas 21,4% ocupavam as funções típicas. Entre os trabalhadores com superior completo, o crescimento das ocupações consideradas típicas, que inclui diretores e gerentes ou profissionais das ciências e intelectuais, foi de apenas 1,3%. O crescimento das ocupações não típicas teve um aumento significativo, alcançando (6,7%). Isto mostra que o aumento das ocupações se refere àquelas que não exigem formação de nível superior. Além disso, pessoas com formação de nível superior estavam ocupando funções de balconistas, vendedores de lojas ou vendedores em domicílio.

2.3 Bandeiras educacionais dos IF's: Educação tecnológica (politécnica) em Saviani e Frigotto.

Dermeval Saviani é, sem dúvida, o educador brasileiro que melhor efetivou a elaboração sobre as relações entre escola básica e mundo do trabalho, na perspectiva da educação politécnica ou tecnológica. Para ele:

Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. (SAVIANI, 2007, p. 160)

Mesmo reconhecendo a importância da relação entre conhecimento e prática do trabalho, a profissionalização não deve ser entendida como adestramento, como continua a seguir:

(...) esta é uma concepção radicalmente diferente da que propõe um ensino médio profissionalizante, caso em que a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo. (SAVIANI, 2006, p. 15 *apud* FRIGOTTO, 2007, p. 1145)

Para superar a tendência de apenas formar/instruir a classe trabalhadora restritamente para o trabalho, a Educação Profissional e Tecnológica deve pautar-se numa formação crítica e omnilateral, tendo em vista a busca da cidadania. Isso se concretizará através da oferta de uma educação que tenha como concepção a politécnica ou tecnologia universal, com o compromisso de oferecer aos jovens o conhecimento dos fundamentos, ou seja, os conhecimentos científicos acumulados ao longo da história da humanidade a fim de se tornarem cidadãos autônomos, capazes de articular ciência, cultura e trabalho. Essas condições devem ser oferecidas a todos, independentemente da classe social à qual pertencem. Assim, os jovens poderão fazer escolhas de modo a impactar positivamente suas vidas, seja na continuidade dos estudos ou ingressando na vida profissional.

Os Institutos Federais, além do compromisso com a educação para o “para o exercício de profissões”, conforme indicado na LDB de 1996, trouxeram a proposta de uma educação integrada e integral para a classe trabalhadora. A Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, na Seção II, traz as finalidades e características dos Institutos Federais. Dentre elas, destacamos:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos

setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

Portanto, a educação profissional e tecnológica, presente em todos os níveis e modalidades, visa uma formação que possibilite ao cidadão uma compreensão de si mesmo e do lugar que ocupa na sociedade, sendo também instrumento de transformação. A vertente tecnológica nos remete ao conceito de politecnia. Para melhor compreensão, recorreremos ao que nos diz Saviani:

Politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. (SAVIANI, 2007, p. 161)

Esse conceito tem como base as ideias de escritores marxistas, que utilizam o termo para discutir uma educação voltada para os trabalhadores. Trata-se de um conceito complexo, com origem no contexto da Revolução Russa. Refere-se aos “fundamentos científicos das múltiplas técnicas que caracterizam a produção moderna”. Também é apresentado como sinônimo de uma educação tecnológica ou politécnica, apesar de existir uma polêmica substancial dentro do contexto da Educação Profissional¹, por pressupor a formação de um trabalhador dotado de várias técnicas ou várias habilidades. Essa discussão é apresentada de forma ampla por Nosella (2007), no artigo intitulado: “Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica”.

Apesar disso, como continua o autor, [...] “daí, a conclusão de Manacorda reportando a noção de tecnologia à unidade entre teoria e prática que caracteriza o homem” (SAVIANI, 2007, p. 161). Dessa forma, reafirma-se a necessidade de indissolubilidade entre o trabalho intelectual e o trabalho material.

2.4 Educação Omnilateral: Trabalho como princípio educativo

Visando o pleno desenvolvimento do ser humano, a educação omnilateral abrange todas as suas dimensões. Isso requer condições favoráveis e compromisso político, contrapondo à

¹NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, p.137-151.

sociedade capitalista que se manifesta e se constitui a partir do individualismo e da competitividade. Para definir o conceito de omnilateralidade recorreremos ao texto de Frigotto (2012):

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (FRIGOTTO, 2012, p. 267) [grifo do autor].

Para Marx, a superação da sociedade capitalista passa pelo processo formativo, incluindo o trabalho como princípio educativo a educação omnilateral, conforme Frigotto aponta a seguir:

Sendo o trabalho a atividade vital e criadora mediante a qual o ser humano produz e reproduz a si mesmo, a educação omnilateral o tem como parte constituinte. Por isso, Marx, ao se referir aos processos formativos na perspectiva de superação da sociedade capitalista, enfatiza o trabalho, na sua dimensão de valor de uso, como princípio educativo, e a importância da educação politécnica ou tecnológica. (FRIGOTTO, 2012, p. 266)

O autor explica que o trabalho se constitui como elemento fundamental para a concretização de uma formação politécnica e tecnológica, sendo acessível também para a classe trabalhadora. O processo de formação humana deve basear-se em valores, e os conhecimentos e tecnologias desenvolvidos devem contribuir para a diminuição do tempo dedicado ao trabalho, melhorando assim as condições de vida dos indivíduos. Entretanto, vivemos numa sociedade capitalista, onde a dominação e exploração da força de trabalho acontece “dentro de uma legalidade construída pela classe dominante e que se expressa no direito positivo por ela produzido” (FRIGOTTO, 2012, p. 269).

O capitalismo atrelado ao desenvolvimento científico e tecnológico, traz sérias consequências tanto em relação à destruição do meio ambiente, provocando o aparecimento de epidemias, por exemplo, como também para a classe trabalhadora, pois a produção e reprodução do capital se dá na degradação. “A cultura capitalista se tornou obcecada pelo poder da inovação. A inovação tecnológica tornou-se um objeto de fetiche do desejo capitalista” (HARVEY, 2016, p.105).

Além disso, há uma gama enorme e complexa de contradições advindas do capital que necessitam ser compreendidas, pois representam ameaças tanto para a natureza, ao reduzir a diversidade, como para o ser humano, na medida em que explora e aliena o trabalhador. Ele

cita várias práticas por meio das quais acontece a apropriação da força ou dos produtos de trabalho. Dentre elas, a servidão se configura como uma das “mais traiçoeiras” utilizadas pelos detentores do poder financeiro.

Neste sentido, em relação ao trabalho alienado, o trabalhador é colocado numa posição de dominação, onde não lhe são dadas possibilidades de mudança, mas pelo contrário, levando-o a reproduzir essa condição. Para o referido autor, a apropriação e exploração da força de trabalho “é característica antiga da organização humana” (HARVEY, 2016, p.74).

Ainda de acordo com Harvey (2016), há uma contradição, uma luta entre capital e trabalho onde os trabalhadores são vítimas de ações predatórias.

O que o trabalhador adquire no domínio da produção é roubado de volta por proprietários, comerciantes (como companhias telefônicas), banqueiros (através das tarifas de cartão de crédito, por exemplo), advogados e corretores, e boa parte do que resta vai para o pagamento de impostos. Assim como acontece com a habitação, a privatização e a provisão mercantilizada de saúde, educação, água e saneamento básico, além de outros serviços, diminuem a renda discricionária dos trabalhadores e recuperam valor para o capital (HARVEY, 2016, p.79).

Dessa forma, em condição de desvantagem, de perda de direitos adquiridos, a situação do trabalhador, bem como das populações vulneráveis, tende a tornar-se cada vez mais precária e suscetível à lógica do neoliberalismo, que impõe regras severas a fim de garantir a acumulação de capital. Há uma contradição entre o desenvolvimento científico e tecnológico, o desenvolvimento econômico de modo geral e o aumento da fome, miséria, violência e extermínio dos pobres. Assim, para contribuir com a emancipação do ser humano dos grilhões do capitalismo é necessário um projeto de formação omnilateral.

Conforme Frigotto (2012, p.269), é necessário combater a fragmentação capitalista que tanto na formação básica como na formação profissional a submete às necessidades do mercado ao ditar as reformas educacionais através de organismos como: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), Organização Mundial do Comércio (OMC), e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros organismos internacionais e empresários da educação.

A práxis escolar deve propiciar a construção das bases científicas para o conhecimento da natureza e das relações sociais, e ao mesmo tempo estar revestida do caráter revolucionário no combate às desigualdades, conforme mencionado a seguir:

Neste horizonte de compreensão do papel da instituição escola, cabe combater, em seu interior, todas as formas de competição que estimulam o individualismo, ícone da educação burguesa. Do mesmo modo, se pautados pelo rigor científico que nos mostra uma realidade social e humana produzidas, em todas as esferas da vida, de forma

desigual, não faz sentido a ideologia dos dons e nem estimular no processo educativo as avaliações comparativas, ou “premiar os melhores” alunos ou professores, um expediente cada vez mais utilizado pelo ideário neoliberal em nossa realidade. (FRIGOTTO, 2012, p. 270)

Conforme mencionado, nossa realidade é marcada pela desigualdade produzida pelo capitalismo e intensificada com o neoliberalismo. Ele traz desafios que podem ser enfrentados por um processo educativo tensionando essas estruturas e ao mesmo tempo oferece uma formação, a qual possa transformar a realidade. No entanto, isso exige o acesso ao conhecimento, confirmando-se a necessidade da educação omnilateral como caminho, com condições de pleno desenvolvimento e fator que conduz à mudança nas relações sociais.

O trabalho como princípio educativo é fundamental na constituição do ser humano, ou seja, trabalho e educação fazem parte da sua ação humanizadora. Contudo, desde a antiguidade existem formas de dominação social. A discussão sobre o trabalho como princípio educativo esteve presente na trajetória da educação desde o início do século XX, quando também houve a experiência socialista, que introduziu na escola “a educação politécnica com o objetivo da formação humana em todos os seus aspectos – físico, mental, intelectual, prático, laboral, estético e político – e combinando estudo e trabalho” (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2012, p. 753), a qual é preconizada por Gramsci, a partir do conceito de escola unitária. Esta escola proposta por Gramsci traz a unidade entre instrução e trabalho para uma formação integrada e ampla.

A introdução do trabalho como princípio educativo em todas as relações sociais, na família, na escola e na educação profissional em todas as suas aplicações, particularmente hoje, em um mundo em que o desenvolvimento científico e tecnológico desafia a formação de adolescentes, jovens e adultos no campo e na cidade, supõe recuperar para todos a dimensão da escola unitária e politécnica, ou a formação integrada – sua forma prescrita pela lei –, introduzindo nos currículos a crítica histórico-social do trabalho no sistema capitalista, os direitos do trabalho, o conhecimento da história e o sentido das lutas históricas dos trabalhadores no trabalho e na educação. (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2012, p. 755).

Para Kuenzer (2020), o princípio educativo, ou seja, os projetos pedagógicos de cada época, estão relacionados com o trabalho. O trabalho sintetiza a relação entre teoria e prática, conhecimento humanista e conhecimento científico-tecnológico. Todo tipo de trabalho integra, mesmo de modo desproporcional, à dimensão operacional e a intelectual. Assim, existem diferentes formas de integração entre trabalho e educação na sociedade capitalista, visando uma educação para formar um “tipo” de trabalhador, partindo da hegemonia do capital.

Relacionado a isso, é necessário compreender como as sociedades constroem a relação entre trabalho intelectual e trabalho operacional/manual, para compreender as diferentes formas de conhecimento e quais modelos de formação são formuladas e oferecidas para a classe

trabalhadora. Como as propostas educacionais e a escola têm suas bases da realidade, elas também se originam e estão ancoradas nas relações sociais produzidas por meio do trabalho. Elas se enraízam nas bases materiais, ou seja, as bases de produção e as relações sociais que dela decorrem, sendo a base material a mesma para capital e trabalho, o que diferencia é a intencionalidade existente por trás de cada ação.

A relação mestre-aprendiz é um modelo tradicional de ensino e aprendizagem que se caracteriza pela transmissão direta e pessoal de conhecimentos e habilidades. Essa relação é fundamental para a formação de indivíduos capazes e habilitados para desempenhar suas funções de forma eficaz, além de permitir o desenvolvimento de habilidades práticas, criativas e valores importantes para a vida profissional e pessoal.

A relação mestre-aprendiz também é importante para a preservação de tradições culturais e habilidades artesanais, sendo transmitida de geração em geração. Ela também é base fundamental para as primeiras experiências na formação de trabalhadores que ocorre por meio das cooperativas. Torna-se assim, ferramenta de inclusão social, possibilitando a indivíduos de comunidades desfavorecidas o acesso a conhecimentos e habilidades valiosas.

No entanto, de acordo com Kuenzer (2020), o projeto capitalista contemporâneo tem como base a classe e forma de distribuição do conhecimento, onde a classe dominante controla o acesso ao conhecimento e prepara os trabalhadores para os meios de produção. Embora tenha havido propostas de maior integração entre os interesses da classe trabalhadora e a formação oferecida, essas propostas acabaram não perdurando e a educação profissional passou a ser apenas uma possibilidade de escolha.

Kuenzer (2020) ainda menciona sobre a pedagogia taylorista-fordista, parte da divisão técnica do trabalho materializado na linha de montagem das fábricas de automóveis, onde a educação era fragmentada e especializada e a inserção no mundo do trabalho era determinada pela qualificação. Com o surgimento de novas tecnologias e formas de organização do trabalho, surge a pedagogia toyotista, cuja principal característica é a não vinculação entre formação e ocupação, além da inserção no mundo do trabalho determinada pela demanda. Assim, o indivíduo pode ter uma formação e atuar em ocupações que lhe são oferecidas de acordo com a oportunidade.

A mão de obra, mesmo qualificada, é utilizada de forma predatória e precarizada, para o sistema, há uma reserva de mão de obra qualificada e diferentemente do taylorismo-fordismo, o controle do conhecimento não é tão rígido. Há uma integração em relação às cadeias produtivas, que engloba desde trabalho escravizado contemporâneo ao trabalho tecnológico. A seguir, a autora detalha essa integração:

Diferentemente do que ocorria no taylorismo/fordismo, onde as competências eram desenvolvidas com foco em ocupações previamente definidas e relativamente estáveis, a integração produtiva se alimenta do consumo flexível de competências diferenciadas, que se articulam ao longo das cadeias produtivas. As combinações não seguem modelos preestabelecidos, definidas e redefinidas segundo as estratégias de contratação e subcontratação mobilizadas, para atender, de forma competitiva, as necessidades do mercado e assim assegurar as maiores margens de lucro possíveis, que, no processo de internacionalização, tendem a ser estreitadas. Em decorrência, só podem ser apreendidas através da análise da dinâmica da integração produtiva, enquanto totalidade complexa em permanente processo de construção e reconstrução, a partir da lógica da produção flexível. (KUENZER, 2011, p. 46).

Esse caráter “flexível” de produção, além de fazer da subcontratação e dos acordos precários, um meio de “extração de mais-valia”, exigem do trabalhador o desenvolvimento de competências cognitivas e comportamentais, a capacidade de adaptar-se às novas situações marcadas pela instabilidade, dinamicidade e fluidez. Kuenzer (2011), tendo como base estudos realizados por Ribeiro e Neder (2009), cujo objetivo era analisar a desocupação de jovens pobres e não pobres, verifica que a baixa escolaridade é um dos fatores que dificulta a inserção no mundo do trabalho e que a taxa de desocupação é maior entre os jovens pobres.

Entretanto, Laval (2019, p. 296) considera que a pedagogia que se conforma com o “imaginário liberal” não tem como foco o acesso ao conhecimento intelectual, mas sim a “ideologia da profissionalização”. Tal pedagogia coloca como função da escola o desenvolvimento de competências para se ter um “bom emprego”. Isto traz várias consequências negativas, pois ao levar em conta as necessidades das empresas se reforça a “concepção socialmente ultraelitista e intelectualmente conservadora”, comprometendo a democratização do acesso ao conhecimento e promovendo uma empregabilidade mínima.

A escola neoliberal comandada pela eficiência pode garantir uma base mínima de “competências” que dará a cada indivíduo uma empregabilidade igualmente mínima, mas não garante que dará à maioria a possibilidade de adquirir uma cultura mais ampla, apenas os que têm recursos para exercer uma demanda pagante ou manifestam um “elevado potencial” poderão prosseguir nos estudos. A escola neoliberal, embora voluntariamente não vise a uma diminuição geral do nível cultural, constitui uma orientação que leva ao fortalecimento da dualização escolar - em especial graças à escolha das famílias - e representa um obstáculo aos progressos culturais no futuro (LAVAL, 2019, p. 288).

Ademais, a escola neoliberal reduz a responsabilidade do estado sem oferecer as condições favoráveis, delegando às famílias a responsabilidade pelas escolhas educacionais. Daí a grande dificuldade em combater a dualidade e romper o ciclo que aprisiona o progresso cultural das classes menos favorecidas. Outro aspecto ao qual se deve ter muita atenção é em relação à redução do papel do professor na escola neoliberal, cabendo-lhe a função de

“facilitador da construção do saber” e “transformando a escolaridade numa espécie de *self-service*” (LAVAL, 2019).

Esse contexto tem como base critérios econômicos, as leis da oferta e da procura, deixando de lado a busca pela democratização dos saberes produzidos pela humanidade e socialmente transmitidos. Ainda de acordo com Laval, a função cultural da escola é influenciada pela ideologia utilitarista que a coloca em imaginários, cujos pólos são opostos: empresa e centro comercial. No primeiro caso, visando a produção, trabalho e rendimento, sua função é a de preparação de “trabalhador eficiente”. Já no segundo, o foco é o consumo e por isso se justifica a “introdução da publicidade, do *marketing* e do patrocínio” (LAVAL, 2019).

As discussões anteriores permitem visualizar a necessidade de, tanto no âmbito de políticas públicas como nos programas sociais, considerar a educação como bem comum. É necessário ter um olhar crítico diante da realidade que cerca a instituição escolar e consciência da busca dos seus verdadeiros valores, a fim de ultrapassar as barreiras e não deixar que ela se transforme numa organização. Sendo os Institutos Federais um dos instrumentos de políticas públicas para a educação, de modo particular primando pela oferta de formação integral e profissional, apresentamos a seguir uma breve contextualização da Educação Profissional no Brasil, bem como do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano e do Campus Posse.

3 BREVE CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Educação Profissional no Brasil tem sua gênese nas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha em diferentes unidades da federação. Seu caráter era assistencialista, pois destinava-se aos “desfavorecidos da fortuna”. Nesse contexto, evidencia-se a associação dessas escolas à qualificação da mão de obra e ao controle social, uma vez que ofertava qualificação profissional aos filhos das classes proletárias e jovens em situação de vulnerabilidade social. Também se nota o caráter discriminatório, sendo considerado pela classe dirigente como meio de evitar a “desordem social”. Esse modelo educacional se consolidou no país, transformando-se na rede de escolas técnicas e posteriormente em Liceus Profissionais (SANTOS, 2020, p. 3).

A Constituição Federal de 1937 trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial. Nela a educação era tratada como dever do Estado, em cooperação com Municípios e iniciativa privada. Por este motivo, em resposta à demanda por qualificação advindas do processo de industrialização e da modernização das relações de produção, foram promulgados vários decretos, conhecidos como Leis Orgânicas da Educação Nacional. O Decreto-lei nº 4.048/1942 merece destaque por criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), bem como o Sistema “S”.

Para Ciavatta (2005), a Reforma Capanema, ocorrida por meio do Decreto-lei n.º 4.422/1942, marcou a reformulação do ensino no Brasil e a criação das leis orgânicas. Essa reforma também contribuiu com o enraizamento do dualismo ao “reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados que traz o dualismo educacional e a divisão social e do trabalho”.

A autora afirma ainda:

[...] Esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção. (CIAVATTA, 2005, p.4).

A articulação da educação profissional e demais níveis de ensino ocorreu inicialmente com a Lei 4.024/1961, com o objetivo de dar continuidade nos estudos. Apesar disso, de acordo com Kuenzer (2002) mantém-se o caráter dual da educação:

Embora se constitua um inequívoco avanço, a equivalência não supera a dualidade estrutural, posto que continuam a existir dois ramos distintos de ensino, para distintas clientelas, voltados para necessidades bem definidas da divisão do trabalho, de modo

a formar trabalhadores instrumentais e intelectuais através de diferentes projetos pedagógicos. (KUENZER, 2002, p. 10).

A Lei nº 5.692/71 trouxe a obrigatoriedade do ensino médio profissional “com o objetivo de aumentar sobremaneira a formação técnica, para atender a demanda de trabalho aberta pela aquecida indústria nacional” (BRASIL, 1971). Para Ramos (2014 p. 15), “a formação da classe trabalhadora brasileira, do ponto de vista técnico e ideológico, era um aspecto estratégico para o país, seja em uma ou em outra direção. ”

Com a Lei 6.545/78, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Rio de Janeiro e Paraná foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) com a finalidade de formar engenheiros de operação e tecnólogos (BRASIL, 1978). Também foram criadas neste período as Escolas Agrotécnicas Federais, consolidando o processo de transformação institucional que foi consolidado em 1994. A obrigatoriedade da “profissionalização compulsória” foi extinta com a promulgação da Lei nº 7.044/82 que revogou a Lei nº 5.692/71, embora tenha permanecido a dicotomia educacional em relação aos conteúdos oferecidos.

A relação entre educação e trabalho também se encontra presente na Constituição Federal de 1988, fruto do processo de redemocratização do país: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). No Art. 227 aparece novamente esse direito à qualificação para o trabalho: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização...” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, no Título V, capítulo III, trata de forma mais completa a educação profissional, com sua especificidade e ao mesmo tempo sendo articulada com a educação básica, com a finalidade de preparar “para o exercício de profissões”. A reforma advinda desta lei permite que a Educação Profissional tenha autonomia para organização dos currículos de suas ofertas de cursos técnicos desde que tenham como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais. Quanto à organização, propõe algumas possibilidades: integração com as diferentes formas de educação (art. 39, parágrafo único) e “articulação com o ensino regular ou por meio de diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (art. 40).

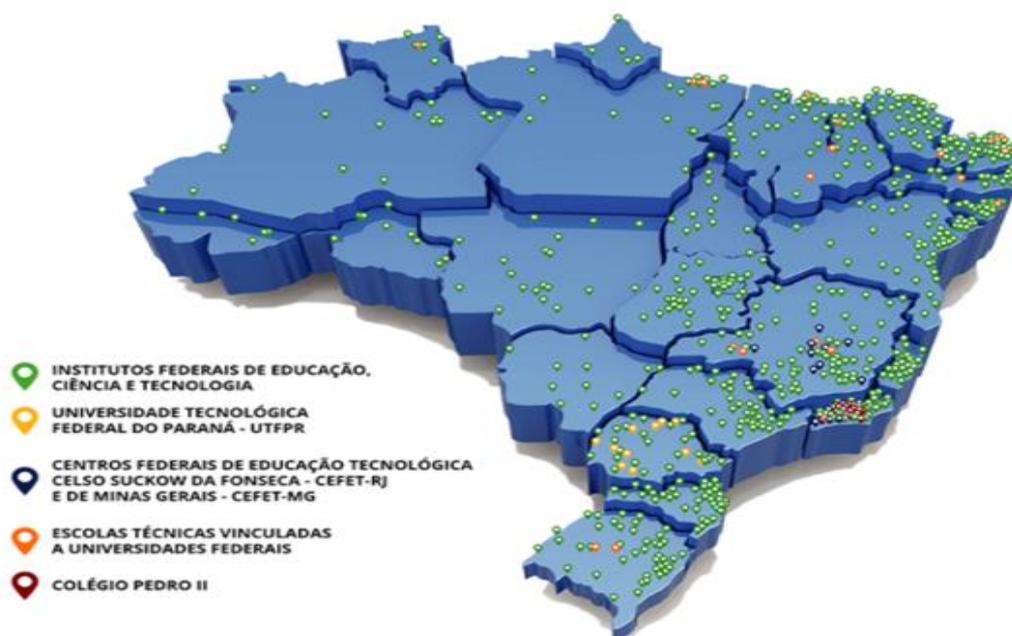
A Lei 11.892 de 2008, sancionada em 29 de dezembro, foi um marco na história da educação profissional no Brasil, pois instituiu a Rede Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica. Essa rede é composta por várias instituições, incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são responsáveis pela formação técnica e tecnológica de nível médio e superior, além de desenvolver pesquisas e extensão. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná, por sua vez, é uma instituição de ensino superior especializada em tecnologia. Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG) também fazem parte da rede, assim como as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II.

A criação da Rede Federal foi um passo importante para garantir a oferta de ensino de qualidade e o acesso ao conhecimento e à tecnologia para todos os brasileiros, independentemente de sua região de origem. Além disso, a criação desses institutos e universidades tecnológicas visa fortalecer a capacitação de mão de obra para atender as necessidades do mercado, aumentando as oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico para o país.

A Figura 4 apresenta a distribuição das instituições que fazem parte dessa rede.

Figura 4 – Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: Portal MEC (2019). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em 24 abr. 2021.

De acordo com Pacheco (2011), a principal função do novo desenho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é intervir na realidade. De modo abrangente em sua intervenção, os Institutos Federais devem explorar as potencialidades de desenvolvimento tais como:

A vocação produtiva de seu lócus; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada. Para tanto, o monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência tem grande importância. (PACHECO, 2011, p. 22).

Os Institutos Federais são instituições fundamentais para o desenvolvimento do país, sua finalidade é ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, promovendo a integração e a verticalização, desde a educação básica até a educação superior (BRASIL, 2008). O art. 2º da Lei 11.892 traz a definição:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008).

Pacheco (2011) lembra ainda que os Institutos Federais, a partir de sua definição e objetivos, bem como sua estrutura multicampi, incorporam como comprometimento a intervenção nas regiões na qual estão inseridos. Partindo dos problemas locais e regionais existentes, buscam, por meio de parcerias governamentais e não governamentais, propostas que buscam a superação destes, a partir de “soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” (PACHECO, 2011, p.14).

A expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica materializa a tentativa de propor um novo modelo educacional que desponte “como processo mediador que relaciona a base cognitiva com a estrutura material da sociedade, evitando o erro de se transformar em mercadoria e de considerar a educação profissional e tecnológica como adiestramento ou treinamento” (BRASIL, 2004, p. 7).

3.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano: Campi e áreas de atuação

Com a reorganização da Rede e criação dos Institutos Federais, o Estado de Goiás ficou com dois: O Instituto Federal Goiano, vocacionado às ciências agrárias e o Instituto Federal de Goiás, voltado à área industrial. O IF Goiano integrou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) de Rio Verde, Urutaí com sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos e a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE) – originários das antigas escolas agrícolas (PDI 2019-2023, p.20). Atualmente, o Instituto Federal Goiano é composto pela Reitoria, cuja sede se encontra em Goiânia e pelos campi: Campos Belos,

Ceres, Cristalina, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade e Urutaí; os campi avançados: Catalão, Hidrolândia e Ipameri; e o Polo de Inovação Rio Verde, distribuídos de acordo com a figura abaixo:

Figura 5 – Distribuição dos *campi* do IF Goiano - 2020



Fonte: Relatório de Gestão (IF-Goiano, 2020, p. 02). Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivo20-REVISADO_24.06.21Relatorio_de_Gestao_2020-pdf. Acesso em 24 abr. 2021.

Como instituição de ensino público, o IF Goiano tem como missão “*promover educação profissional e tecnológica de excelência, visando à formação integral e emancipatória do cidadão para o desenvolvimento da sociedade*” (PDI 2019-2023, p. 35) [grifos do original]. Seu objetivo é ofertar uma educação gratuita e de qualidade, pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixo principal “constituir a função social da instituição que é a de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária” (PDI 2019-2023, p. 22).

Além disso, atua na educação básica e profissional por meio da oferta de cursos integrados ao ensino médio e cursos concomitantes ou subsequentes, atende também ao público de jovens e adultos através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Na educação superior, oferece cursos de graduação na modalidade de licenciatura e bacharelado, além de pós-graduação com especializações, mestrados e doutorados.

Em todos os níveis e modalidades, prevalecem os cursos voltados para a agropecuária (PDI 2019-2023). Esta Instituição tem como visão “*consolidar-se como instituição de referência nacional na promoção de educação profissional e tecnológica verticalizada*” (PDI 2019-2023, p. 35) [grifo do original].

Ainda de acordo com o PDI, as ações de ensino, pesquisa e extensão, tem como “eixo fundamental: *constituir a função social da instituição que é a de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária*” (PDI 2019-2023, p. 22) [grifo do original].

3.2 IF Goiano – Campus Posse

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Posse, está localizado na região leste do Estado de Goiás, a 311 km da capital Federal e a 513 km da capital do Estado. Suas atividades foram iniciadas em 2013 a partir da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Figura 6 – IF Goiano – Campus Posse



Fonte: Ascom – Campus Posse

Em 2014, o Campus Posse abriu 70 vagas para o curso técnico em Informática, no segundo semestre de 2015, foram iniciados dois novos cursos técnicos: Administração e Agropecuária. Em 2016 foi iniciado o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e, em 2017, iniciou-se a pós-graduação *latu sensu* em Ensino de Humanidades. Do início de suas atividades até meados de 2018 o Campus funcionou numa sede provisória,

próximo ao centro da cidade. Com o objetivo de aumentar o número de vagas ofertadas, no segundo semestre, foi realizada a mudança para a sede definitiva, ainda em fase de finalização da obra.

No ano de 2018, foi iniciada a oferta da educação superior com o curso de Bacharelado em Agronomia e a Pós-Graduação em Sistemas Integrados de Produção Agropecuária. Em 2019 teve início o segundo curso de bacharelado, na área de Administração e o curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio. No ano de 2020, foi ofertada a primeira licenciatura do campus, sendo esta em Ciências Biológicas.

Além dos vários cursos já existentes, e apesar das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, foram ofertados vários cursos de formação inicial e continuada (FIC). Em 2021, o Campus iniciou a oferta de três novas Pós-Graduações: Agropecuária Sustentável, MBA em Gestão Estratégica de Negócios e Ensino em Ciências Naturais e Matemática.

Para a realização desta pesquisa, contamos com a participação dos egressos provenientes dos cursos concomitantes/subsequentes: Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática e egressos do curso técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. A definição de cada modalidade e curso é apresentada a seguir, tendo como base os documentos e leis que regem a educação profissional no Brasil:

Técnico: regulamentado pelo Decreto nº 2.208/97. Conforme esse decreto, o ensino profissional técnico de nível médio deverá proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio. Esta modalidade tem uma organização curricular própria e independente do ensino médio. Pode ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este; no que diz respeito ao currículo, pode ser organizado em módulos, além de ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional.

Ensino Médio Integrado: regulamentado pelo Decreto nº 5.154/2004. O ensino médio integrado (EMI) é uma modalidade de curso pertencente à educação profissional e tecnológica (EPT) – destinado aos estudantes que concluíram o ensino fundamental. Tem como principal característica: proporcionar uma formação propedêutica e profissional através de uma grade curricular que integra ambos os currículos numa mesma instituição. Nessa modalidade o estudante é habilitado a prosseguir os estudos em nível superior e a exercer a profissão na qual foi considerado habilitado.

Como mencionado anteriormente, o estudo contará com a participação dos egressos, oriundos dos cursos abaixo descritos de forma sucinta, de acordo com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dos mesmos:

Técnico em Administração: curso vinculado ao eixo tecnológico – Gestão e Negócios,

conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), do Ministério da Educação – que prepara profissionais para atuar em pequenas, médias e grandes instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Essa atuação compreende as funções de apoio administrativo como: as rotinas de protocolo e de arquivos, a confecção e expedição dos vários tipos de documentos administrativos. Além disso, ele visa preparar seus alunos para o trabalho com sistemas informatizados de gerenciamento de pessoal e material.

Técnico em Agropecuária: o curso da área de Ciências Agrárias – de acordo com a classificação desenvolvida pela CAPES – prepara profissionais para atuar em pequenas, médias e grandes propriedades rurais, em diversos ramos da produção vegetal, animal e agroindustrial. O profissional formado também pode atuar em: empresas de vendas dos produtos destinados à lavoura e à pecuária; órgãos de defesa sanitária vegetal e animal; estabelecimentos agroindustriais; empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa; parques e reservas naturais; secretarias municipais de agricultura; empresas públicas e privadas que trabalham com pesquisas nas áreas de produção vegetal animal e agroindustriais. Além desses campos de atuação, o técnico em agropecuária poderá trabalhar como empreendedor planejando, executando e avaliando projetos de produção vegetal, animal e agroindustrial.

Técnico em Informática: curso na área de Informação e Comunicação cujo objetivo é formar profissionais para atuação na área de Informática, capazes de executar atividades relacionadas ao desenvolvimento de *softwares*, bem como a manutenção e configuração em redes de computadores. Para isto, deverá desenvolver competências como: aplicar técnicas básicas para o levantamento de requisitos de um sistema; ler e interpretar os diagramas (frutos da análise de requisitos); modelar e implementar banco de dados relacionais; utilizar Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados para administração de bases de dados relacionais; programar sistemas *standalone* para o gerenciamento de empresas e ou instituições; programar sistemas *Web* para o gerenciamento de empresas/instituições; instalar e configurar ambientes para o desenvolvimento de sistemas; realizar a manutenção preventiva e corretiva em computadores; compreender o processo de Instalação, configuração e operação de computadores em rede.

Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio: curso da área de Ciências Exatas e da Terra, o qual possibilita ao educando condições de prosseguir nos estudos, além de também poder atuar profissionalmente em propriedades rurais e/ou empresas em diversos ramos da produção vegetal, animal e agroindustrial, ademais ter conhecimentos necessários para abrir o próprio negócio. A fim de se concretizar a integração do núcleo básico com o núcleo profissionalizante, conforme disposto na Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, este curso está organizado da seguinte forma:

- a) **núcleo básico:** relativo a conhecimentos do ensino médio (Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias), contemplando conteúdos de base científica e cultural basilares para a formação humana integral;
- b) **núcleo profissionalizante:** relativo a conhecimentos da formação técnica específica, de acordo com o campo de conhecimentos do eixo tecnológico, com a atuação profissional, as regulamentações do exercício da profissão e as atribuições previstas nas legislações específicas referentes à educação profissional (Catálogo Nacional de Cursos; Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); normas associadas ao exercício Profissional. Deve contemplar componentes curriculares técnicas complementares, para as especificidades da região de inserção do Campus;
- c) **núcleo articulador:** relativo à integração de conhecimentos dos Núcleos Básico e Profissionalizante, garantindo discussões integradas que auxiliarão na formação integral. Contempla bases científicas gerais que embasam temas atuais, promovendo a contextualização do núcleo profissionalizante no sistema de produção.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem caráter quali e quantitativo, com uso de levantamento bibliográfico e da literatura produzida na área. Inicialmente, foi realizada a revisão de literatura referente à temática abordada a fim de analisar os trabalhos produzidos, bem como verificar os resultados obtidos. A continuidade da pesquisa consistiu na análise documental envolvendo a legislação que rege a educação profissional. Posteriormente, foi elaborado o formulário de coleta de dados, que consiste no produto técnico-educacional desta pesquisa de mestrado, o qual foi utilizado para o estudo de caso decorrente dos dados obtidos junto aos egressos do IF Goiano - Campus Posse.

Esta pesquisa foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília, parecer número 5.061.836. Com relação à caracterização metodológica da pesquisa, Triviños (1987, p. 120) – baseando-se em autores como Bogdan & Birten, Wilson, Hymes e Lofland – afirma que a pesquisa qualitativa, também conhecida como *investigação etnográfica*, originou-se de práticas desenvolvidas pelos antropólogos, seguido por sociólogos e educadores. A função do etnógrafo, ao mergulhar na realidade pesquisada, orientado por princípios e de forma disciplinada, lhe permite uma melhor compreensão dela. Assim, "a pesquisa qualitativa, como veremos, rege-se por critérios diferentes dos manejados pelo positivismo, para alcançar produtos com validade científica" (TRIVIÑOS, 1987, p. 123).

Esta abertura confere à etnografia uma característica peculiar, sem, no entanto, excluir seu caráter de rigor. O caráter qualitativo desta pesquisa trouxe a necessidade de iniciá-la, apoiando-se em uma fundamentação teórica. Daí, a realização da revisão da literatura, a fim de compreender melhor o tema a ser investigado. De acordo com Flick (2009, p. 44), na pesquisa qualitativa “as amostras devem ser representativas para possibilitar que se relacionem os resultados do estudo da amostra a populações (maiores). Dessa forma, a seção seguinte define e caracteriza a amostragem analisada.

4.1 Sujeitos da pesquisa

Para a seleção dos sujeitos foi realizado um levantamento junto à Unidade de Registros Escolares do Campus. Então, optou-se por considerar como sujeitos os egressos desde a primeira turma a concluir em 2015 até as que concluíram no ano de 2020/21. Assim, temos egressos dos cursos: Técnico em Informática, Agropecuária e Administração. Além desses,

também foram selecionados os egressos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, que concluíram entre 2018 e 2020. O total aproximado de concluintes no período de 2015 a 2020/21 foi de 200 alunos.

Como critério de exclusão, devido ao quantitativo e levando em conta a dificuldade de contato, não foram considerados os egressos dos cursos de formação inicial e continuada (FIC), nem os egressos das pós-graduações.

A realização da pesquisa dispensa o uso do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE, sendo os egressos todos maiores de 18 anos. Os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.2 Instrumento e Metodologia de Análise da pesquisa

A coleta de dados foi realizada por meio de formulário *on-line*, construído para coletar as informações referentes a como os egressos avaliam a formação oferecida pelo IF Goiano – Campus Posse. Os contatos para envio dele foram obtidos junto à Unidade de Registros Escolares do referido campus. No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice I), enviado aos egressos, foram informados os objetivos da pesquisa, os possíveis riscos e as medidas utilizadas para minimizá-los, além da liberdade de participar ou não da pesquisa. Também foi informado sobre a preservação da identidade. Sendo assim, as falas apresentadas na análise foram acompanhadas do termo egresso, seguido de um número que representa a sequência de envio das respostas deles.

Os benefícios oferecidos aos egressos estão relacionados à oportunidade de fazer uma reflexão acerca da formação recebida e de como esta contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho. O benefício para o IF Goiano – Campus Posse será a indicação de elementos para aprimorar sua prática educativa. Espera-se com esta pesquisa ter uma visão dos egressos a respeito da formação profissional recebida no IF Goiano – Campus Posse e em qual medida essa formação contribuiu para sua inserção no mundo do trabalho, bem como sua contribuição para o desenvolvimento local e regional.

Os dados são analisados qualitativamente, no entanto, possuem organização quantitativa oriunda do instrumento de coleta de dados, e as categorias de análise emergiram dos dados. Frente a isso, as possíveis variáveis para a análise foram divididas em quatro aspectos, a saber:

- a) perfil dos egressos: características de identificação pessoal (gênero, estado civil, idade, local de residência, tipo de escola onde concluiu o ensino fundamental,

- entre outros);
- b) formação acadêmica e continuidade dos estudos (como avalia a formação recebida, a formação está adequada ao mercado, o curso alterou sua vida profissional, estuda atualmente, área/curso, modalidade);
- c) situação profissional (trabalha na área que se formou, nível de relação com a formação e atuação profissional, contribuição do IF Goiano - Campus Posse).
- d) contribuições do IF Goiano - Campus Posse para o desenvolvimento local e regional.

4.3 O Produto técnico-educacional: Formulário para coleta de dados e acompanhamento de egressos do Instituto Federal Goiano – Campus Posse

Este formulário consiste no produto técnico-educacional desta pesquisa de mestrado na modalidade profissional. Este produto foi construído a partir da pesquisa, visa a satisfazer as necessidades desta investigação e está sendo validado na presente pesquisa para que possa ser utilizado no Campus Posse. Apresenta-se no Quadro 1 abaixo as questões que compõem este produto técnico-educacional:

Quadro 1 – Formulário para coleta de dados e acompanhamento de egressos do Instituto Federal Goiano – Campus Posse

ASPECTOS/QUESTÕES	ALTERNATIVAS DE RESPOSTA
I. ASPECTOS GERAIS	
1. Gênero:	<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Outro
2. Estado civil:	<input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Outro
3. Idade:	<input type="checkbox"/> Menor de 18 anos <input type="checkbox"/> Entre 18 e 25 <input type="checkbox"/> Entre 26 e 35 <input type="checkbox"/> Entre 36 e 45 <input type="checkbox"/> Acima de 45 anos
4. Local onde Reside	Cidade/estado: _____
5. Ano de ingresso no IF Goiano Campus Posse:	<input type="checkbox"/> 2014 <input type="checkbox"/> 2015 <input type="checkbox"/> 2016 <input type="checkbox"/> 2017 <input type="checkbox"/> 2018 <input type="checkbox"/> 2019
6. Ano de conclusão do curso:	<input type="checkbox"/> 2015 <input type="checkbox"/> 2016 <input type="checkbox"/> 2017 <input type="checkbox"/> 2018 <input type="checkbox"/> 2019 <input type="checkbox"/> 2020
7. Curso realizado:	<input type="checkbox"/> Curso Técnico em Administração Concomitante <input type="checkbox"/> Curso Técnico em Agropecuária Concomitante

	<input type="checkbox"/> Curso Técnico em Informática Concomitante <input type="checkbox"/> Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
8. Quais motivos levaram você a optar por um curso técnico de nível médio no IF Goiano Campus Posse?	<input type="checkbox"/> Qualidade dos cursos oferecidos no IF Goiano. <input type="checkbox"/> Preparação para o ENEM/ ingresso no ensino superior. <input type="checkbox"/> Preparação para o mercado de trabalho. <input type="checkbox"/> Outro - especifique _____
9. Em que tipo de escola você concluiu o ensino fundamental?	<input type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Privada <input type="checkbox"/> Confessional
10. Caso tenha concluído o ensino fundamental em escola privada, você obteve bolsa de estudos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
11. Indique a escolaridade de seu pai ou responsável:	<input type="checkbox"/> Não alfabetizado <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino médio completo <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação
12. Nível de escolaridade da sua mãe ou responsável:	<input type="checkbox"/> Não alfabetizada <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino médio completo <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação
13. Você contribui financeiramente para a manutenção de sua família?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Contribuo parcialmente para o sustento da família <input type="checkbox"/> Sou o(a) principal responsável pelo sustento a família <input type="checkbox"/> Outro - especifique: _____
II. FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES / QUALIDADE DO CURSO	
14. Em sua opinião, os conteúdos ministrados ao longo do curso técnico de nível médio atendem ao que é solicitado pelas empresas no que diz respeito à atuação profissional do técnico?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por quê? _____
15. Em sua opinião, os conteúdos ministrados ao longo do curso técnico de nível médio contribuíram para uma formação crítica e cidadã?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por quê? _____
16. Como você avalia a didática adotada pelos professores do IF Goiano Campus Posse?	<input type="checkbox"/> Bastante adequada <input type="checkbox"/> Adequada <input type="checkbox"/> Parcialmente adequada <input type="checkbox"/> Pouco adequada <input type="checkbox"/> Inadequada Justifique sua resposta: _____

17. Como você avalia a infraestrutura (espaço físico, laboratórios, equipamentos e materiais necessários para a realização do curso) do IF Goiano - Campus Posse durante o período em que você realizou o curso técnico de nível médio?	<input type="checkbox"/> Bastante adequada <input type="checkbox"/> Adequada <input type="checkbox"/> Parcialmente adequada <input type="checkbox"/> Pouco adequada <input type="checkbox"/> Inadequada Justifique sua resposta: _____
18. Indique em ordem de prioridade, entre 1 a 5, sendo 1 a principal prioridade e 5 a menor prioridade, os principais limites ou dificuldades para a realização do curso técnico de nível médio no IF Goiano Campus Posse.	<input type="checkbox"/> Financeira <input type="checkbox"/> Aprendizagem(dificuldades para acompanhar os conteúdos) <input type="checkbox"/> Problemas familiares <input type="checkbox"/> Nenhuma dificuldade <input type="checkbox"/> Outros – especifique _____
19. Durante o período em que você estudou no IF Goiano Campus Posse você recebeu algum auxílio?	<input type="checkbox"/> Auxílio permanência <input type="checkbox"/> Auxílio alimentação <input type="checkbox"/> Auxílio transporte <input type="checkbox"/> Não recebi nenhum auxílio
20. Você participou de algum projeto no IF Goiano Campus Posse?	<input type="checkbox"/> Sim, participei de projeto de ensino <input type="checkbox"/> Sim, participei de projeto de pesquisa <input type="checkbox"/> Sim, participei de projeto de extensão <input type="checkbox"/> Não participei
21. Como você avalia a formação recebida no IF Goiano Campus Posse?	_____
III. CONTINUIDADE DOS ESTUDOS	
22. Você ingressou em algum curso de nível superior?	Se sim, em qual instituição e em qual curso?
23. Caso esteja fazendo um curso de nível superior, você está conseguindo acompanhar os conteúdos do curso de nível superior?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente - especifique: _____
IV. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
24. Atualmente você está:	<input type="checkbox"/> Empregado(a) <input type="checkbox"/> Desempregado(a)
Caso você esteja empregado, responda às questões 25 a 30. Caso contrário, continue a partir da questão 31.	
25. Empresa/Cidade onde trabalha:	_____
26. Você considera que o IF Goiano Campus Posse teve influência para sua contratação?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por quê?
27. Qual a relação da sua área de formação com o seu trabalho?	<input type="checkbox"/> Mesma área de formação do curso técnico de nível médio. <input type="checkbox"/> Área diferente da sua formação do curso técnico de nível médio.
28. Qual o principal tipo de atividade exercida?	<input type="checkbox"/> Atividade técnica <input type="checkbox"/> Atividade administrativa <input type="checkbox"/> Atividade gerencial

	<input type="checkbox"/> Atividade Comercial <input type="checkbox"/> Outra: _____
29. Qual seu vínculo empregatício?	<input type="checkbox"/> Empregado com carteira assinada - CLT. <input type="checkbox"/> Empregado sem carteira assinada. <input type="checkbox"/> Funcionário público concursado/efetivo. <input type="checkbox"/> Funcionário público por tempo determinado (temporário/substituto). <input type="checkbox"/> Autônomo/Prestador de serviços <input type="checkbox"/> Em contrato temporário na iniciativa privada. <input type="checkbox"/> Estagiário <input type="checkbox"/> Proprietário de empresa/negócio <input type="checkbox"/> Outros: _____
30. A formação oferecida pelo IF Goiano Campus Posse contribuiu para o seu desempenho profissional:	<input type="checkbox"/> Muito <input type="checkbox"/> Razoavelmente <input type="checkbox"/> Pouco <input type="checkbox"/> Não contribuiu
31. Caso você não esteja trabalhando na sua área de formação do curso técnico de nível médio, quais os motivos pelos quais você não exerce atividade profissional na sua área de formação?	_____
32. Você considera que o IF Goiano Campus Posse está contribuindo para o desenvolvimento local/ regional?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. De que forma?
33. Quais mudanças ocorreram na sua vida pessoal e profissional após a conclusão do curso no IF Goiano Campus Posse?	_____
34. Que aspectos você considera que devem ser melhorados/ aperfeiçoados na formação dos técnicos de nível médio?	

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a análise e discussão dos resultados. Consideramos importante apresentar o processo realizado para obtenção dos dados, iniciado com a consulta ao sistema de registro das informações dos dados de todos os alunos denominado *QAcadêmico*. Como filtro no sistema foram utilizados: nome, e-mail, telefone, ano de conclusão e situação do período. A partir daí, foi organizada uma planilha com os dados obtidos.

Inicialmente, a ideia era utilizar apenas o e-mail para obtenção dos dados, no corpo do e-mail foi enviado o convite para participação na pesquisa, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o questionário. Esta ação foi realizada no início de fevereiro, logo após o envio, houve inúmeros retornos com endereços de e-mail inválidos ou com mensagens de caixa de mensagem cheia.

Na primeira semana, dentro do período de aguardo, foi obtido um baixo número de respostas. Como outra alternativa, foi feito o contato através do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Também houve dificuldade de contato, pois muitos números estavam desatualizados. Paralelamente, foram pesquisados contatos com professores e outros alunos que ainda estudam na instituição.

Dentre os números atualizados muitos visualizaram a mensagem, mas não deram retorno. Na tentativa de poder contactar um maior número de egressos, foi feita uma consulta junto à Unidade de Registros Escolares. Lá, encontra-se um formulário preenchido por aqueles que retiraram o seu diploma de conclusão. Mesmo assim, ainda não foi possível conseguir alguns contatos.

Apesar de todas as tentativas, dentre os 200 egressos, apenas 58 responderam ao questionário. Este quantitativo corresponde a 29% do universo escolhido. O envio das respostas ocorreu entre os dias 15 de fevereiro e 17 de março de 2022.

5.1 Perfil dos egressos

Buscando compreender melhor o objeto de estudo investigado, estabelecemos o perfil dos egressos participantes da pesquisa. Sua elaboração se deu a partir dos dados obtidos por meio da aplicação do produto técnico-educacional (o questionário). Para isso, foram utilizadas as informações referentes a gênero, estado civil, idade, curso, ano de conclusão, tipo de escola

onde concluiu o ensino fundamental, nível de escolaridade dos pais e contribuição financeira para manutenção da família.

Considerando o gênero, o grupo dos participantes que responderam à pesquisa é formado por uma maioria feminina, o que corresponde a 58,6% (34) do total. Em relação ao estado civil, 77,6% (45) declararam ser solteiros, 15,5% (9) casados e 6,9% (4) não informaram. A faixa etária predominante é entre 18 e 25 anos, com 84,5% (49), seguida da faixa imediatamente posterior, com 8,6% (5).

Assim, percebe-se a prevalência de egressos jovens, tendo em vista que “é considerado jovem no Brasil o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos” (NOVAES et al., 2006, p. 05). Isso justifica o percentual de 55,2% (32) egressos não contribuírem e 34,5% (20) contribuírem parcialmente para manter financeiramente sua família. Apenas 10,3% declararam ser o(a) principal responsável pelo sustento da família.

Em relação ao tipo de escola onde concluíram o ensino fundamental, 93,1% (54) afirmaram vir da escola pública e apenas 6,9% (4) de escola privada. Isso, possivelmente, tem relação significativa com a escolaridade dos pais, apresentada na tabela abaixo.

Tabela 1 – Escolaridade dos pais dos egressos

ESCOLARIDADE	PAI	MÃE	TOTAL	%
Não alfabetizado	2	1	3	2,6%
Ensino fundamental incompleto	29	14	43	37,1%
Ensino fundamental completo	3	3	6	5,2%
Ensino médio incompleto	1	3	4	3,4%
Ensino médio completo	17	19	36	31%
Ensino superior incompleto	1	3	4	3,4%
Ensino superior completo	4	8	12	10,3%
Pós-graduação	1	7	8	6,9%

Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

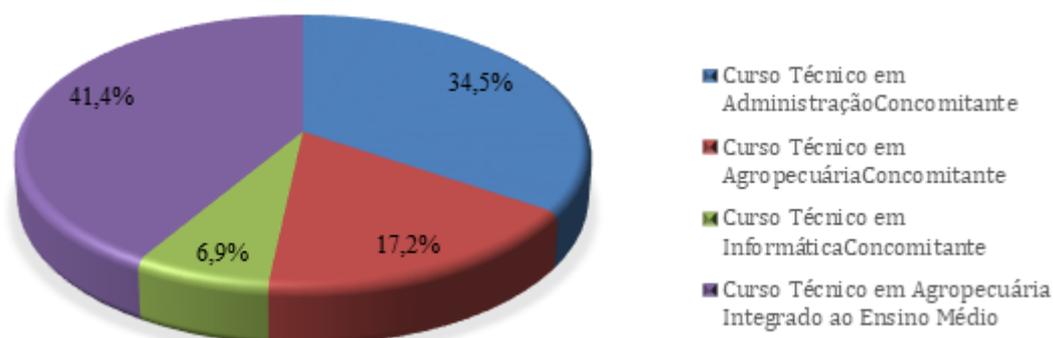
É possível identificar na tabela acima, de forma muito significativa, que a escolaridade dos pais dos egressos é baixa. Grande parte deles possui apenas o ensino fundamental

incompleto, sendo 37,1% do total. Em seguida, aparece o índice dos pais que possuem ensino médio completo, com 31% dos pais, e em terceiro lugar, com 17,2%, tem-se a soma dos pais com ensino superior e pós-graduação.

Esse dado educacional tem sua importância na medida em que revela as origens dos egressos. Assim, constatou-se a falta de oportunidade e acesso à educação escolar, bem como aponta para as desigualdades escolares, às quais seus pais foram submetidos. Deste modo, inferem-se duas interpretações: os pais, mesmo não tendo oportunidade de estudar, incentivam seus filhos ou estes foram impulsionados a buscar uma formação técnica movidos pela necessidade e a possibilidade da formação lhes permitir melhores condições de vida.

O gráfico 1, a seguir, apresenta o percentual de respostas coletadas com o produto técnico-educacional, distribuídos por curso e modalidade.

Gráfico 1 – Quantitativo de participantes: Curso e Modalidade



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

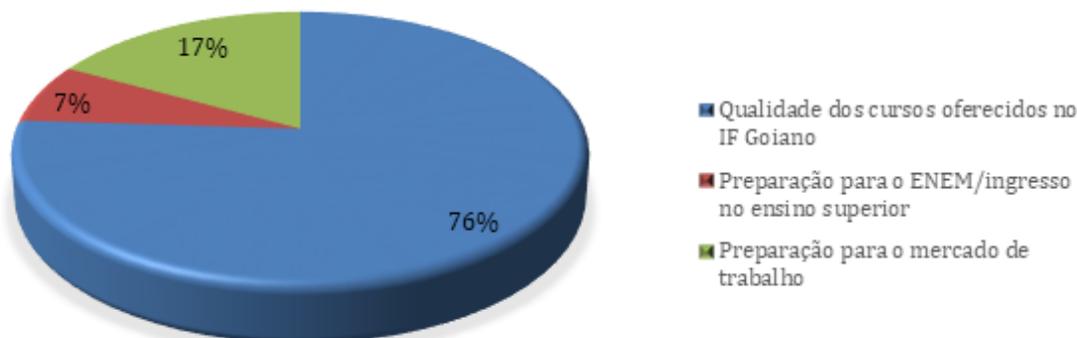
Como apresentado no gráfico, com 24 respondentes, o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio representa a maior porcentagem: 41,4%. Em segundo lugar, aparece o curso Técnico em Administração, com 20 (34,5%). O curso Técnico em Agropecuária ocupa a terceira posição, sendo representado por 10 egressos respondentes (17,2%). Paradoxalmente, o primeiro curso a ser criado, o Técnico em Informática vem em último lugar, com apenas 4 participantes na pesquisa.

Pelo quantitativo de respostas percebemos que, além da dificuldade de contato devido à desatualização dos e-mails e números de telefone, há uma certa resistência do aluno em responder esse tipo de pesquisa. Quando o instrumento foi enviado pelo *WhatsApp*, esse aplicativo permitiu constatar que muitos visualizaram a mensagem e, mesmo assim, não responderam. Talvez não tenham compreendido a importância da devolutiva para a instituição.

Essa baixa adesão reforça a necessidade não só de manter atualizados os contatos, mas de conscientização no sentido de que suas críticas ou considerações positivas contribuem para

melhorar a qualidade da educação e formação ofertada pelo Campus. O gráfico 2, abaixo, traz um resumo do critério que orientou na escolha do IF Goiano para a realização do Ensino Médio e curso técnico.

Gráfico 2 – Critérios para escolha do IF Goiano – Campus Posse



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

Na questão representada acima, foi solicitado aos egressos que indicassem os motivos que levaram à escolha por um curso técnico de nível médio no IF Goiano. Com 76% das escolhas, em primeiro lugar, foi indicada a qualidade dos cursos oferecidos. A preparação para o mercado de trabalho ficou em segundo lugar, sendo mencionada por 17% dos egressos. Em terceiro lugar, vem a preparação para o ENEM e o ingresso no ensino superior, com 7% das escolhas. A qualidade dos professores foi indicada por apenas 2% dos respondentes.

Os dados relacionados à qualidade dos cursos também se refletem nas justificativas apresentados ao questionamento: quais mudanças ocorreram na sua vida pessoal e profissional após a conclusão do curso no IF Goiano Campus Posse? As respostas dadas pelos(as) egressos(as) revelam mudanças tanto em relação ao crescimento pessoal, como também profissional. No sentido pessoal, dentre outras características, foram citadas: maturidade, confiança, mudança na maneira de ver o mundo, preparação para ingresso no ensino superior. Destacamos a seguir algumas de suas falas:

“Mudança total, haja vista que mudei para outra cidade onde não conhecia ninguém e tive que me adaptar. Mudei o curso de graduação que faria (anteriormente era direito)” (Egresso 08).

“Responsabilidade, maturidade e confiança” (Egresso 40).

“Perdi minha timidez, aprendi muito utilizando programas de computadores, e melhorei muito minha escrita científica” (Egresso 39).

“O IF ensina-nos a como ser mais humanos e também nos ensina a trabalhar em equipe” (Egresso 38).

Como observamos nas respostas, o crescimento pessoal envolve não só o aspecto intelectual, mas principalmente o desenvolvimento de qualidades pessoais, ou seja, a formação humana, tornando-os(as) capazes de enfrentar novos desafios e tomar decisões propulsoras de novos rumos.

Quanto ao crescimento profissional, foram citadas: preparação para atuação na área de trabalho, conquista de emprego e promoção para quem já estava trabalhando, melhor retribuição e independência financeira, preparação para o mercado de trabalho e para a academia, conquista como microempreendedor individual.

Seguem algumas das afirmações apresentadas:

“Me senti preparado para o mercado de trabalho e para a academia. O IF me mostrou que eu era capaz, me ajudando a chegar onde eu poderia” (Egresso 02).

“Me tornei mais capacitado, com uma visão mais ampla sobre o mercado de trabalho, das formas de gerenciamento, além de ter melhorado o gerenciamento das minhas finanças pessoais” (Egresso 46).

“Uma postura diferente e mais crítica acerca da tomada de decisões e resolução de situação, além de permitir o desenvolvimento mais seguro das atividades diárias” (Egresso 15).

“Consegui um emprego na minha área, saí da casa dos meus pais e consegui minha independência” (Egresso 32).

As respostas acima mencionadas nos permitem constatar a estreita ligação entre crescimento pessoal e profissional. Tratando-se de uma instituição que oferta Educação Profissional, é importante destacar a percepção dos egressos acerca do resultado dessa formação. Para isso, apresentamos na tabela 2, abaixo, a categorização das respostas e sua respectiva frequência.

Tabela 2 – Mudanças após a conclusão do curso

Especificações	Frequência	%
Crescimento pessoal	14	27
Crescimento profissional	38	73
Total	52	100

Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

Conforme demonstrado na tabela, há uma predominância do quantitativo de egressos que destacam as mudanças no crescimento profissional. Dessa forma, consideramos que o

Campus Posse atende ao que foi proposto pela política de acompanhamento de egressos, que tem como um dos objetivos: “identificar o índice de satisfação dos profissionais formados pela Instituição, o grau de compatibilidade entre a sua formação e as demandas da sociedade e do mundo do trabalho e as suas expectativas quanto à formação profissional continuada” (PDI, 2019-2023, p.71).

Na próxima seção, trazemos reflexões acerca da formação acadêmica e do atendimento às necessidades regionais, bem como a visão dos(as) egressos(as) sobre esses aspectos.

5.2 Formação acadêmica e atendimento das necessidades regionais

Uma das finalidades dos Institutos Federais é contribuir para uma formação crítica e cidadã. Aqui, ressaltamos a importância de compreender o significado do termo cidadania, lembrando que um dos significados para esse termo se refere a indivíduos capazes de ocupar os espaços públicos, ao mesmo tempo em que lutam por conquistar e manter seus direitos, sejam eles sociais ou políticos, tendo como finalidade a transformação da sociedade. Como afirmou Paulo Freire, “a educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania” (FREIRE, 2005, p.74).

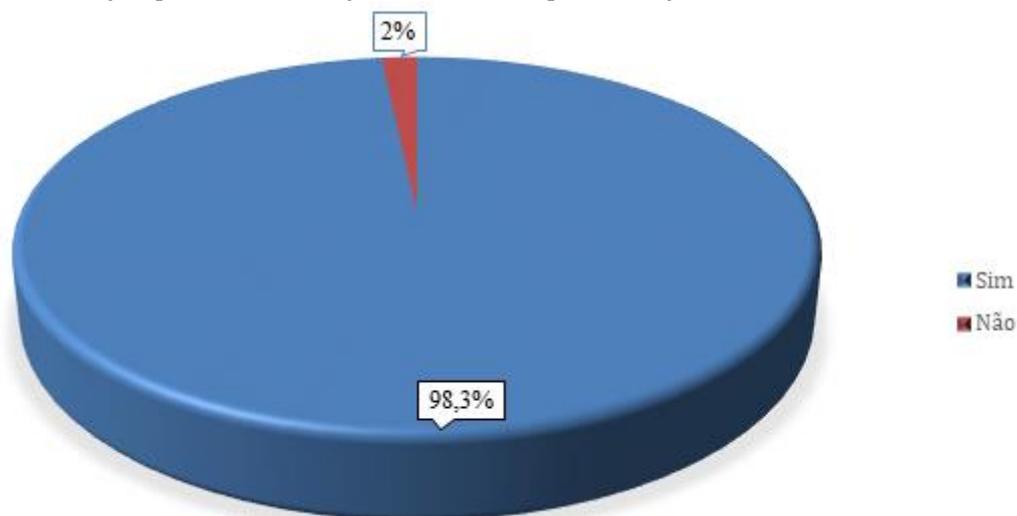
Nessa mesma vertente, vejamos o que orienta o documento:

A concepção que pauta os processos educacionais das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e que, por conseguinte, orienta a definição dos seus currículos, tem como foco a formação do jovem, do trabalhador, na perspectiva de este sujeito, enquanto um ser ativo, ético e contextualizado, seja capaz de compreender a realidade e intervir nela na perspectiva de sua superação; sujeito capaz de contribuir para as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível. (SETEC, 2009).

Contribuir com a formação da juventude significa abrir caminhos para a compreensão da complexa realidade que nos cerca, conscientes do papel que cabe a cada um e com a disposição esperançosa de mudança. Convém lembrar que essa transformação parte do indivíduo que ao se transformar também se torna “sujeito da denúncia do mundo, para sua transformação” (FREIRE, 2005, p.195). Nesse sentido, os participantes da pesquisa foram questionados a respeito da contribuição dos conteúdos ofertados nos cursos técnicos para a formação crítica e cidadã.

Suas respostas estão apresentadas no gráfico seguinte.

Gráfico 3 – Avaliação quanto à contribuição dos conteúdos para formação crítica e cidadã.



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

Como se pode perceber, a visão dos egressos é bastante positiva nesse aspecto. Isso se comprova pelo fato de 98,3% dos egressos respondentes afirmarem que os conteúdos trabalhados no Campus Posse estão contribuindo com essa formação. No entanto, para 1,7%, esses conteúdos não contribuem. Aprofundando a questão da formação oferecida, questionamos a respeito da didática adotada pelos professores. Os resultados apresentados no gráfico abaixo, de certa forma, justificam e ratificam o anterior, lembrando que, além dos conteúdos, a forma de transmiti-los tem fundamental importância na qualidade da educação ofertada.

Essa questão, trazia um espaço onde os(as) egressos poderiam justificar a resposta escolhida. Destacamos abaixo algumas delas:

“Exercitamos a prática de questionar e investigar as situações. Isso se aplica a tudo” (Egresso 24).

“Ter acesso a professores com experiências, formações e olhares distintos me possibilitou expandir a minha visão de mundo. O compartilhamento de experiências em programas de pós-graduação, universidades nacionais e internacionais, eventos, tudo isso me introduziu a um mundo novo, me mostrando o que tinha além dos limites do pequeno município em que eu vivia. Além disso, me mostrou como eu, e outros alunos ali, poderíamos seguir estes passos, que apesar de limitados - devido ao ensino público da região e condições socioeconômicas -, existiam brechas e oportunidades que poderíamos aproveitar. Os professores não só nos mostraram como nos ajudaram a conseguir caminhar até elas” (Egresso 03).

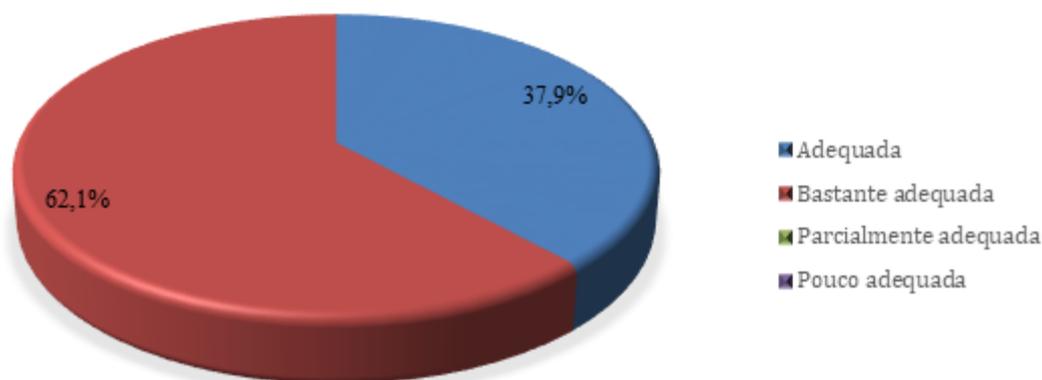
“O curso técnico visa ingressar os estudantes dentro do mercado de trabalho, assim acaba por trabalhar dentro das aulas ministradas essa dinâmica de formação crítica e cidadã, principalmente dentro do campo de mercado que o curso técnico se destina” (Egresso 34).

“Porque faz com que sejamos sujeitos com capacidade crítica e com condições de avaliar as situações apontando nossa opinião com postura e posicionamento” (Egresso 16).

Tais justificativas reforçam o reconhecimento da contribuição dos conteúdos para a visão crítica da realidade, para a tomada de decisões de acordo com os princípios éticos, auxiliando na percepção de novas possibilidades e conquistas.

Os conteúdos por si só provavelmente não alcançariam bons resultados se não estivessem aliados a uma boa didática. Assim, temos abaixo, no Gráfico 4, o resumo da avaliação que os(as) egressos(as) fizeram da didática adotada pelos professores atuantes durante sua formação.

Gráfico 4 – Avaliação da didática adotada pelos professores

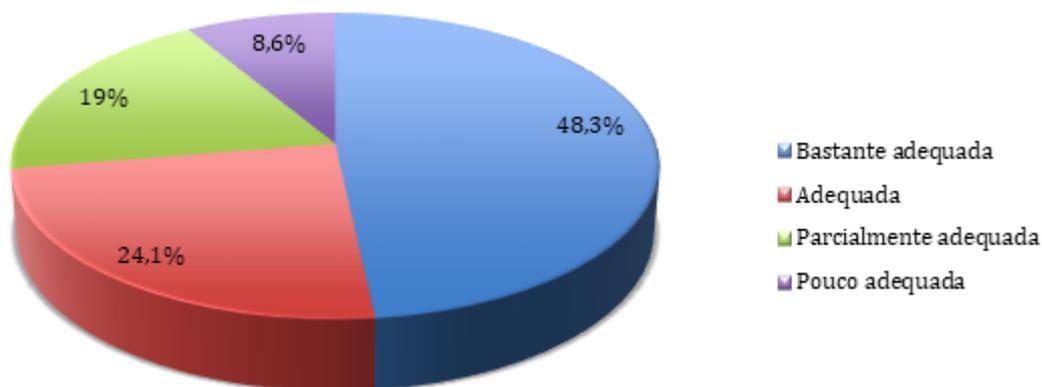


Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

Para 37,9% dos egressos, a didática adotada pelos professores é adequada e 62,1% consideram ser bastante adequada. Esse resultado se deve ao esforço que o IF Goiano vem fazendo em ofertar formação pedagógica aos docentes não licenciados. Vale lembrar que, apesar do nível de formação, grande parte dos docentes são bacharéis devido à natureza dos cursos ofertados no Campus. Outro aspecto apresentado para avaliação pelos egressos foi em relação à infraestrutura.

Como mencionado no histórico, o Campus Posse funcionou inicialmente em um local alugado, localizado no centro da cidade. Esse período durou até o primeiro semestre de 2018. Devido à questão do espaço, mesmo com o início do ensino médio integrado, prevaleceu a oferta dos cursos com duração de 1,5anos. A modalidade de oferta era concomitante/subsequente, para atender aos jovens em fase final do ensino médio em outra instituição e também aqueles que já haviam concluído essa etapa de formação. Por ser uma estrutura bastante pequena, vemos os reflexos presentes nos dados do Gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5 – Avaliação da infraestrutura

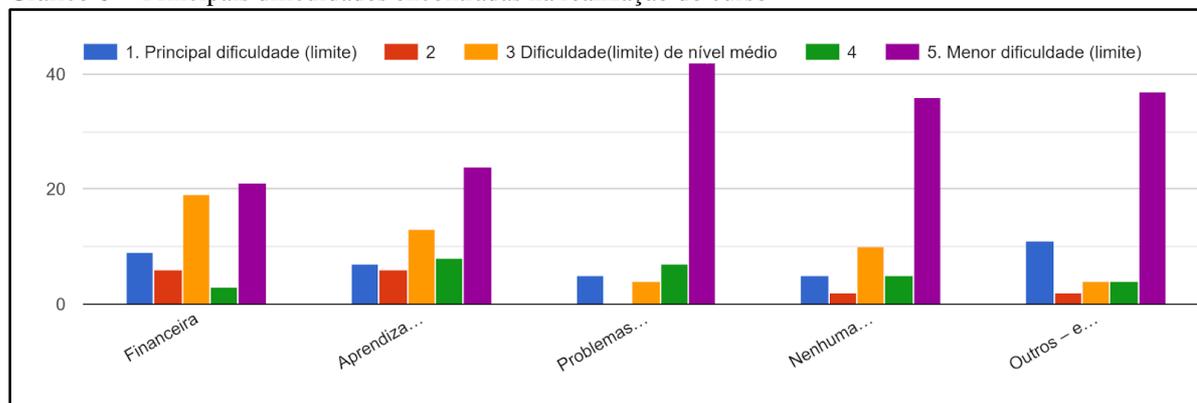


Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

A questão estrutural refletida nas respostas tem relação com as diferentes condições vividas pelos egressos das primeira turmas, onde o espaço era bem reduzido. Desta forma, 8,6% dos egressos consideraram a estrutura pouco adequada. No caso das turmas mais recentes, a realização total ou parcial do curso já ocorreu na sede definitiva do Campus. Assim, se somarmos o quantitativo daqueles que consideraram a estrutura adequada (24,1%) aos que consideraram bastante adequada (48,3%), teremos um total de 72,4%.

Além das questões relativas à instituição, os egressos foram questionados sobre as dificuldades encontradas na realização do curso. Como a questão solicitava que cada um(a) enumerasse a principal dentre as alternativas apresentadas, elaboramos o Gráfico 6 destacando-as, conforme segue abaixo:

Gráfico 6 – Principais dificuldades encontradas na realização do curso



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

Pelo gráfico 6, identificamos que 16% dos egressos não encontraram nenhuma dificuldade na realização do curso. Essa mesma porcentagem foi indicada pelos que apontaram problemas familiares. Já para 22%, a principal dificuldade foi a aprendizagem e para 28% o

maior entrave foi no aspecto financeiro. A opção outros, no entanto, teve a maior indicação. Seguem algumas das justificativas apresentadas pelos egressos:

“Dificuldade de conciliar a vida social com a quantidade de conteúdo a estudar” (Egresso 20).

“A dificuldade para acompanhar os conteúdos existia devido à falta de preparação básica em disciplinas como matemática, física, química, biologia, português, e afins da área. Alunos que vinham de escolas públicas de ensino mais sucateados, não conseguiam acompanhar a turma, e muitos deixaram o curso. Para mim, que estudava no Colégio Municipal Castro Alves, não era novidade os conteúdos, mas o domínio ainda era bastante fraco, o que me exigia estudar em dobro” (Egresso 04).

“O meu maior desafio era a logística, como estudava integralmente cursando o ensino médio em Alvorada do Norte, era uma loucura. Era um dos primeiros a sair da escola, praticamente correndo para não perder o ônibus para ir para o campus. Eu tinha que escolher entre tomar banho, ou comer algo, pois os dois não dava. Já deixava improvisado à noite quando chegava para o outro dia um lanche, para eu consumir na ida até o ponto, as frutas eram uma alternativa muito viável, pois eu saía quase correndo e não tinha problema de engasgar. Rindo de desespero” (Egresso 58).

“Tinha a dificuldade de morar em outra cidade a 60km do campus, passar o dia longe de casa sem poder sair do campus na hora do almoço, sair de casa muito cedo e chegar tarde” (Egresso 34).

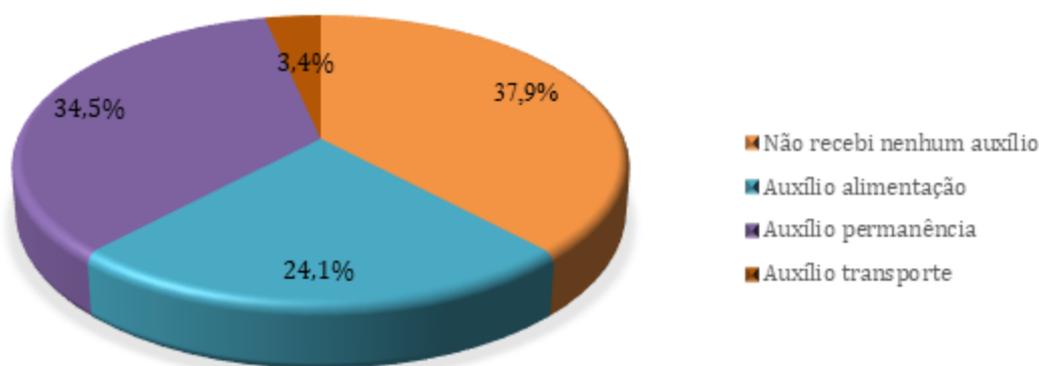
A dificuldade em relação ao transporte foi citada não só pelos alunos que moram em outros municípios, mas também pelos que residem em Posse, pois a cidade não dispõe de transporte coletivo. A questão da quantidade de conteúdo possivelmente foi devido à grade curricular cursada pelas primeiras turmas do curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Para amenizar a situação, foi realizada a adequação do Projeto Pedagógico do curso, que começou a vigorar em 2019.

Para minimizar outras dificuldades, o IF Goiano promove, através da Assistência Estudantil, ações para auxiliar os estudantes oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social. No Campus Posse são oferecidos três tipos de auxílio: permanência, alimentação e transporte. Esses são regidos por editais e visam contribuir com a permanência e o êxito dos estudantes na Instituição. Por muito tempo, a microrregião do Vão do Paranã foi conhecida como “corredor da miséria” justamente por falta de políticas públicas para o seu desenvolvimento. Dessa forma, busca-se realizar a inclusão, conforme mencionado:

Noutros discursos, deduz-se que a instituição pesquisada é capaz de promover processos de inclusão daqueles sujeitos ou de suas respectivas regiões, que durante anos foram esquecidos pelas políticas públicas de formação de trabalhadores, de modo a fornecer a eles os instrumentos necessários para que possam reagir e resistir, se for o caso, à ordem proposta e desvelar pouco a pouco a posição e os significados que a instituição ocupa [...] (SOUZA, 2014, p. 112)

Para reagir e resistir é necessário que sejam oferecidas condições. Embora os valores disponibilizados através desses auxílios possam ser considerados pequenos: 300 reais o auxílio permanência, 150 reais o auxílio alimentação e 100 reais o auxílio transporte, esses são meios que, apesar dos cortes orçamentários frequentes, estão ao alcance de uma parte da população atendida. No gráfico 7, abaixo, verifica-se o percentual de egressos que foram beneficiados por alguns destes auxílios durante a realização do curso.

Gráfico 7 – Tipo de auxílio recebido pelo egresso durante o período de permanência no Campus Posse



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

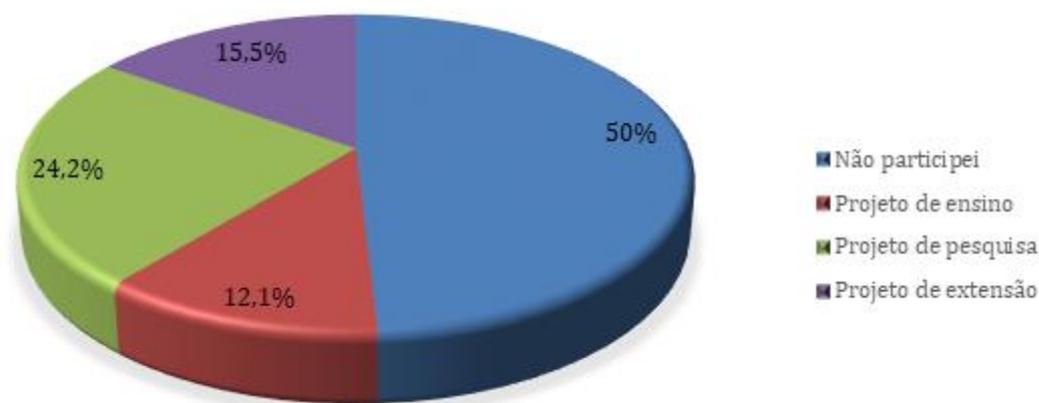
O auxílio permanência, com 34,5%, prevaleceu entre os recebidos. Em seguida, vem o auxílio alimentação, favorecendo 24,1%. O auxílio transporte foi recebido por apenas 3,4% dos egressos. Esse baixo percentual é explicado pelo fato de ter sido ofertado entre o segundo semestre de 2018 e o segundo de 2019. Esse foi o período entre a mudança para o Campus, distante 4,5 km do centro da cidade e o que antecedeu a pandemia. Trazemos, a seguir um trecho do relatório da Assistência Estudantil (2017) que comprova os benefícios dessas ações:

Como exemplo, podemos citar alguns de nossos egressos que foram contemplados com o Auxílio Permanência e apresentavam uma situação de vulnerabilidade socioeconômica grande e sem nenhuma perspectiva de melhora para o futuro. Porém, com os acompanhamentos e orientações ao longo do período que recebiam o aporte financeiro foi possível trabalhar o fortalecimento e potencialização de perspectiva de vida nesses estudantes. Hoje, estão cursando graduação em outro campus do IF Goiano e um deles cursa graduação aqui no Campus Posse. (CASTRO, 2017, p. 7).

Pelos resultados, identifica-se o quão importante são essas ações na formação desses adolescentes e jovens. Diferentemente, em tempos anteriores, grande parte dos filhos dos trabalhadores não tinham a oportunidade de realizar a Educação Profissional ou um curso superior. Além disso, podem continuar convivendo com suas famílias, sem a necessidade de se deslocarem para grandes cidades.

Outro importante aspecto a ser considerado é que a indissociabilidade entre “ensino, pesquisa e extensão devem se consolidar como uma tríade integrada e indissociável na formação básica” (PDI 2019-2023, p.58). Para isso, também através de editais, o Campus Posse oferta possibilidade de que estudantes participem de projetos, tanto na forma voluntária, como através da oferta de bolsas. A seguir, veremos quais áreas tiveram participação dos egressos respondentes.

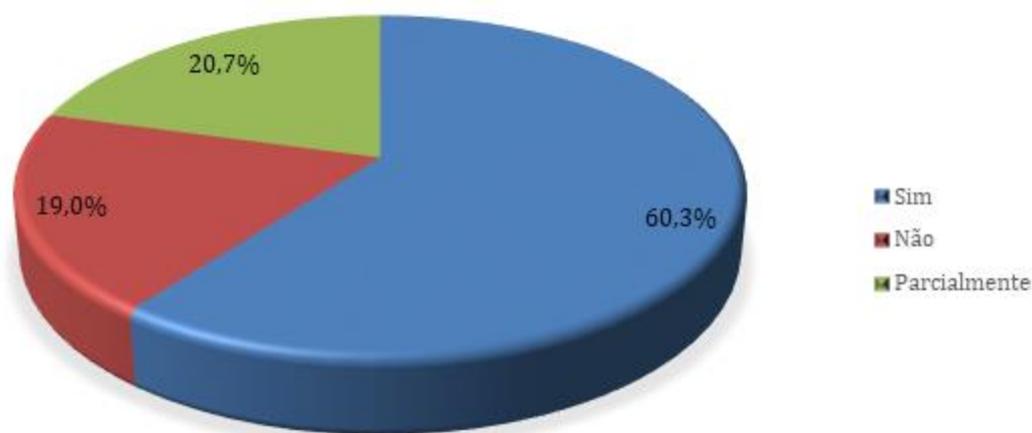
Gráfico 8 – Participação dos egressos em projetos durante o período do curso



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

A área da Pesquisa, com 24,2% teve a maior concentração de participantes. Em seguida, aparece a Extensão, onde participaram 15,5%. Num percentual um pouco menor, 12,1%, vem a área de Ensino. Possivelmente esse último resultado se deve ao fato de menor oferta de editais com bolsa. Como exemplo, podemos citar os editais de monitoria, que tiveram início apenas no segundo semestre de 2018. Quanto aos 50% que não participaram dos projetos de ensino, pesquisa ou extensão, como não foram perguntadas as justificativas, não podemos apresentá-las. A expressiva participação dos egressos em projetos de Pesquisa possivelmente os motivou para a continuidade nos estudos, possibilitando-lhes êxito nessa nova etapa.

Gráfico 9 – Como estão os egressos em relação ao acompanhamento dos conteúdos no ensino superior



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

Em relação aos conteúdos do ensino superior, 60,3% dos(as) egressos(as) afirmaram que estão conseguindo acompanhar. Para 20,7% esse acompanhamento acontece de forma parcial. Já 19% afirmaram não estar acompanhando os conteúdos. Nas justificativas apresentaram razões como o fato de conciliar trabalho e estudo. Também pesou a questão das aulas em EaD, devido à pandemia da Covid-19 e a dificuldade em questões envolvendo as disciplinas de Química, Bioquímica e Cálculo.

5.3 Continuidade dos estudos dos egressos(as)

A tabela 3, a seguir, mostra os cursos e instituições onde se encontram os que deram continuidade aos estudos.

Tabela 3 – Quantitativo de cursos, instituições e frequência

Curso	Instituição	Cidade	Frequência	%
Bacharelado em Administração			6	44,0
Bacharelado em Agronomia	IF Goiano	Posse	10	
Ciências Biológicas			6	
Bacharelado em Administração	Uniasselvi	Posse	1	6,0
Recursos Humanos			2	
Análise de Sistemas	UEG	Posse	1	2,0
Bacharelado em Zootecnia	IF Goiano	Campos Belos	2	4,0

Ciências Biológicas	IF Goiano	Rio Verde	2	4,0
Bacharelado em Nutrição	IF Goiano	Urutaí	1	2,0
Enfermagem	UNESPAR		1	2,0
Geografia	IFB	Brasília	1	2,0
Ciência da Computação	UCB	Brasília	1	2,0
Odontologia	Unieuro	Brasília	2	4,0
Administração	Faculdade Projeção	Brasília	1	2,0
Psicologia	UNIP	Brasília	1	2,0
Direito	UNIFAN		1	2,0
Eng de Controle e Automação	IFG		1	2,0
Administração Pública	UFG		2	4,0
Pedagogia			1	8,0
Administração Pública	UEG		1	
Arquitetura e Urbanismo			1	
(curso não informado)			1	
Engenharia Agrônômica	UFPI		1	2,0
Bacharelado em Agronomia	UFV	Viçosa	1	4,0
Comunicação Social - Jornalismo			1	
Pós-graduação em Engenharia de software	UCB	Brasília	1	2,0
Total			50	100,0

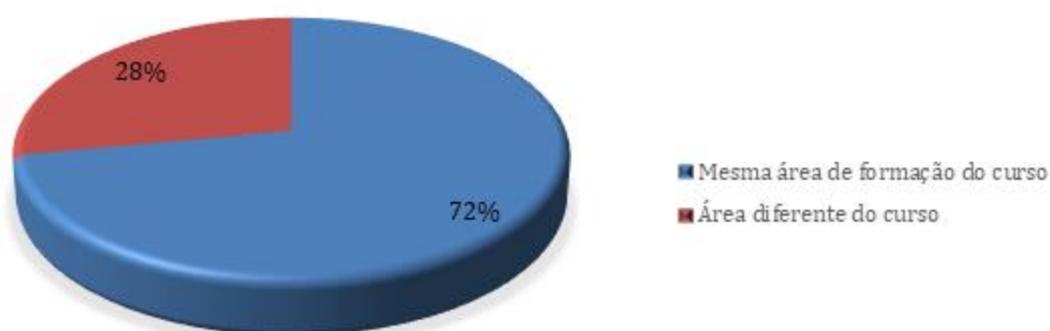
Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

As informações contidas na tabela acima nos mostram que grande parte dos egressos deram continuidade nos estudos nos IF Goiano – Campus Posse, num percentual de 44% . Isso mostra que a Instituição vem procurando cumprir uma das finalidades e características previstas no PDI, tendo como base a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que define como um dos

objetivos dos Institutos Federais: “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (PDI 2019-2023, p. 21).

Além de verticalizar a formação, é importante avaliar a qualidade dos cursos ofertados. Para isso, a pesquisa questionou os egressos que estão inseridos no mundo do trabalho sobre a relação entre a área de atuação e o curso realizado. Apresenta-se a seguir, no Gráfico 10, o resultado dessa questão.

Gráfico 10 – Relação da área de formação com o trabalho



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

De acordo com o IBGE (2020), a taxa de pessoas ocupadas no município de Posse é de 13,8% da população, tendo como renda média mensal 1,9 salário-mínimo.

Dentre os egressos que estão trabalhando, 72% atuam na mesma área de formação do curso, ao passo que 28% estão atuando em áreas diferentes. Listamos abaixo as justificativas apresentadas por aqueles que estão atuando em área diferente da sua formação. Esta questão pode ser complementada por outra, que indagava: caso você não esteja trabalhando na sua área de formação do curso técnico de nível médio, quais os motivos pelos quais você não exerce atividade profissional na sua área de formação?

Seguem alguns dos motivos indicados pelos egressos, referente à dedicação aos estudos:

“Estou me dedicando exclusivamente a minha formação educacional, para que eu possa ser aprovado em um concurso público” (Egresso 14).

“Pois estou cursando ensino superior em tempo integral” (Egresso 15).

“Falta de tempo por conta do curso da graduação” (Egresso 23).

“Exerci por 6 meses, e estudava online, mas como as aulas voltaram presenciais tive que sair do emprego e focar apenas na graduação” (Egresso 25).

Outros relataram estar atuando em outra área, diferente do curso realizado. Há também aqueles que não estão atuando na mesma área por falta de oportunidade, como podemos verificar:

“Na minha região eu não consegui trabalho na área de técnica, porém trabalhei na área de Recursos Humanos e administrativo em uma fazenda” (Egresso 33).

“Falta de oportunidade.” (Egresso 27 e Egresso 43)

“Eu resido em uma cidade do interior/pequena. Não tem como escolher algo na área. Chega um ponto que faz o que aparece para sobreviver. A não ser que o indivíduo seja um empreendedor e monte o seu negócio. Não é em vão que as pessoas que decidiram ir em busca de uma vida melhor, estudar fora e consegue se realizar[...]” (Egresso 58).

“Pouca oferta de trabalho na área” (Egresso 13).

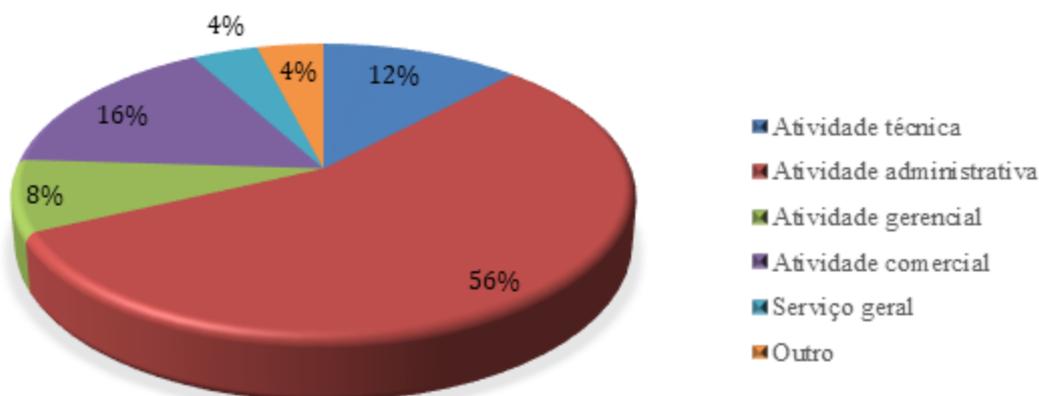
A falta de emprego é uma questão que atinge todas as faixas etárias. No caso dos jovens isso se agrava devido à falta de experiência. É uma realidade complexa que depende de vários fatores, cujo controle está fora do alcance da instituição de ensino. As justificativas dos 32 respondentes desta questão foram categorizadas e dispostas com suas respectivas frequências. Dentre eles, 50% mencionaram a dedicação aos estudos, conforme nos indica a Tabela 3 seguinte e, após a Tabela 3, apresenta-se o Gráfico 11, no qual constam as informações sobre o tipo de atividade exercida pelos participantes da pesquisa.

Tabela 3 – Compatibilização das justificativas de não estar trabalhando

Especificações	Frequência	%
Dedicação aos estudos	16	50,0
Opção por outra área	04	12,5
Falta de oportunidade/emprego	12	37,5
Total	32	100

Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

Gráfico 11 – Tipo de atividade exercida



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

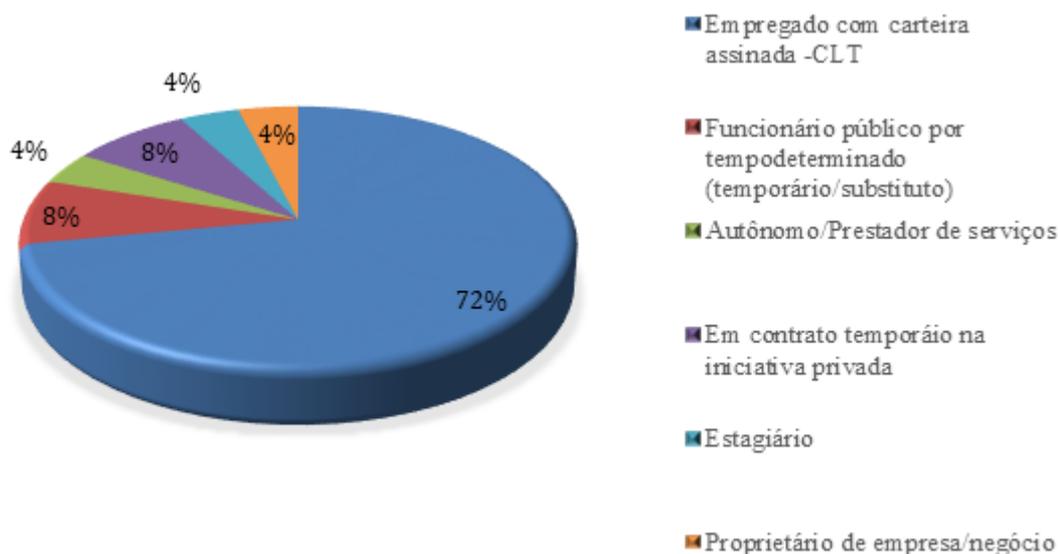
Mesmo ocupando uma posição importante em termos de localização na microrregião do Vão do Paranã, o município de Posse ainda carece de maior estrutura e desenvolvimento. Dados do relatório do Índice de Vulnerabilidade dos Municípios Goianos (IMB, 2018 p. 40), apontam uma taxa de empregos formais de 1,39. Dessa forma, a maior fonte de renda é obtida através do setor de serviços. Isso reflete no tipo de ocupação dos egressos, onde predomina a atividade administrativa, provavelmente, devido à formação recebida no curso técnico em administração. Estão atuando nessa área 56% dos respondentes. Em seguida, vem a atividade comercial com 16%, e a atividade técnica sendo exercida por 12% dos egressos.

Complementando a discussão sobre o tipo de atividade exercida pelos egressos, percebe-se a necessidade de retomar brevemente um aspecto apresentado no primeiro capítulo. De acordo com Antunes (2005), as formas estáveis de estruturação do modelo de emprego taylorista/fordista sofreram significativas mutações. Assim,

[...] a sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, *part-time*, que exercem trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo (ANTUNES, 2005 p.17) [grifo do autor].

Diante da instabilidade e desregulamentação do mundo do trabalho contemporâneo, alguns vínculos empregatícios são cada vez mais desejáveis pelos trabalhadores. Cada recém-formado se prepara e tem em mente ideais e desejo de crescimento. E qual é a realidade que eles encontram? Buscando respostas para essa questão, a pesquisa questionou o tipo de vínculo empregatício dos egressos. O Gráfico 12, apresenta o resumo dessa resposta.

Gráfico 12 – Tipo de vínculo empregatício



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

Como discutimos no primeiro capítulo, a Reforma Trabalhista trouxe consequências negativas para os trabalhadores. Com isso, houve enfraquecimento de direitos e o surgimento do novo proletariado. No caso dos egressos, trata-se de um número pequeno de jovens que foram qualificados para o trabalho. Apesar dessa situação crítica, 72% dos que trabalham possuem vínculo empregatício através da CLT.

Em segundo lugar aparecem os contratos temporários em empresas públicas e privadas, ambos com 8%. Os autônomos, proprietários de empresa e os estagiários ocupam a terceira posição, todos com 4% do total de respondentes. Dentre estes, alguns certamente podem ser empreendedores por desejo e outros por necessidade, como também mencionado anteriormente.

Observa-se a importância de uma instituição de ensino, à medida em que faz tudo o que estiver ao seu alcance para preparar seus discentes, a fim de que estejam em condições de contribuir com a transformação da realidade na qual estão inseridos. Vejamos o que diz Kuenzer:

A escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento. (KUENZER, 2002, p. 10).

Para favorecer o crescimento dessa mediação do conhecimento, os conteúdos e situações de aprendizagem devem permitir “ao aluno desenvolver as capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras relativas ao trabalho intelectual, sempre articulado, mas não reduzido, ao mundo do trabalho e das relações sociais” (KUENZER, 2002, p. 10). Nesse sentido, é fundamental que

a escola ofereça uma formação ampla, que vá além do ensino técnico e se preocupe em desenvolver nos estudantes a capacidade de análise crítica da realidade e a habilidade de atuar de forma transformadora na sociedade.

Ademais, é necessário compreender que a formação profissional não pode ser vista como uma solução isolada para a superação da desigualdade social e econômica. Isto requer a criação de políticas públicas que busquem reduzir as desigualdades e promover a inclusão social, econômica e política dos diversos grupos sociais. Entretanto, o que se constata na realidade é que essa formação tem sido incentivada pela sociedade e pelos organismos internacionais como forma de manutenção dos interesses do capitalismo.

De uma forma geral a educação profissional tem servido para preparar mão de obra (qualificação da força de trabalho) para as relações de produção capitalistas vigentes no Brasil. Predominou, ao longo da história, uma finalidade instrumental, operacional, qual seja, que o trabalhador fosse capaz de executar as funções que lhes são reservadas de forma mecânica e tecnicista. Esta função delegada ao então denominado ensino profissionalizante (ensino técnico) é resultado de uma sociedade estruturada de forma dual: proprietários dos meios de produção, detentores do capital e, trabalhadores, donos de sua força de trabalho a ser transformada em mercadoria de venda e produção. (GRABOWSKI; RIBEIRO, 2006, p. 2)

O trecho citado aponta para a finalidade instrumental e operacional que predominou ao longo da história da educação profissional no Brasil, que visava preparar mão de obra para as relações de produção capitalistas vigentes no país. Essa dualidade estava diretamente relacionada à estruturação dual da sociedade, em que os proprietários os meios de produção detinham o capital e os trabalhadores sua força de trabalho.

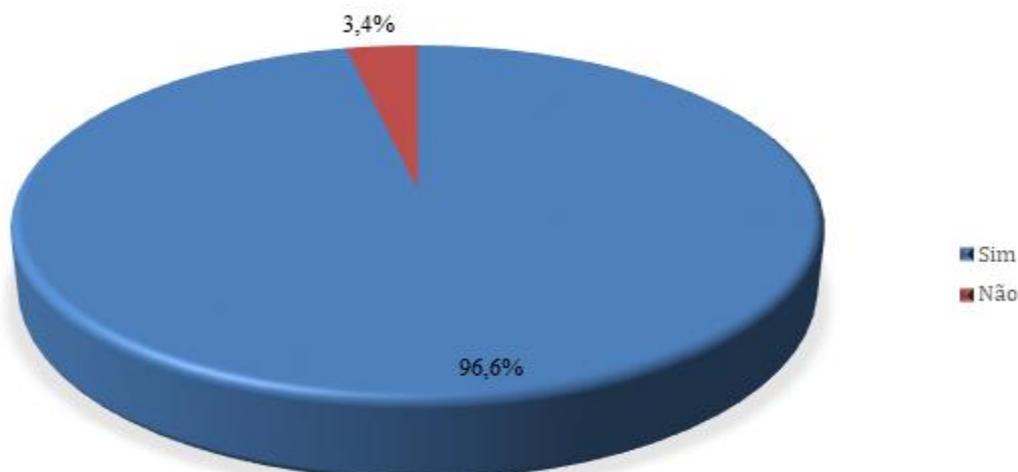
Segundo Frigotto (2005), essa dualidade estrutural tem origem nas desigualdades sociais e econômicas existentes na sociedade, que se refletem na forma como a formação profissional é organizada. De um lado, há a formação profissional voltada para as classes mais abastadas, que oferece uma formação ampla, com ênfase nas ciências e na tecnologia, e que prepara os estudantes para ocupar posições de liderança na economia e na sociedade. De outro lado, há a formação profissional voltada para as classes trabalhadoras, que oferece uma formação mais técnica e restrita, voltada para as necessidades do mercado de trabalho, e que muitas vezes é vista como uma alternativa para aqueles que não têm condições de acessar a formação mais ampla e de maior qualidade.

Embora a dualidade estrutural seja um fenômeno complexo, multifacetado e enraizado na sociedade brasileira, é necessário buscar sua superação. Como já mencionado, esse desafio pode ser enfrentado através da oferta de uma formação *omnilateral*. Sendo a preparação para o mundo do trabalho parte integrante dessa formação, os egressos foram questionados sobre os

conteúdos ministrados e sua relação com as necessidades das empresas.

Apresentamos a seguir o gráfico das respostas dos egressos em relação a esse atendimento.

Gráfico 13 – Opinião dos egressos quanto ao atendimento da necessidade das empresas pelo conteúdo ministrado nos cursos



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

Como se pode verificar, 96,6% dos egressos consideram que os conteúdos trabalhados na instituição atendem às necessidades das empresas. De acordo com Nosella (2007, p. 149) “não é fácil determinar os conteúdos escolares que o mundo atual exige do cidadão moderno”, para o referido autor, “formar os seres humanos para a fruição adequada e igualitária dos bens produzidos pelos semelhantes é um dos principais objetivos da escola” (NOSELLA, 2007, p. 149).

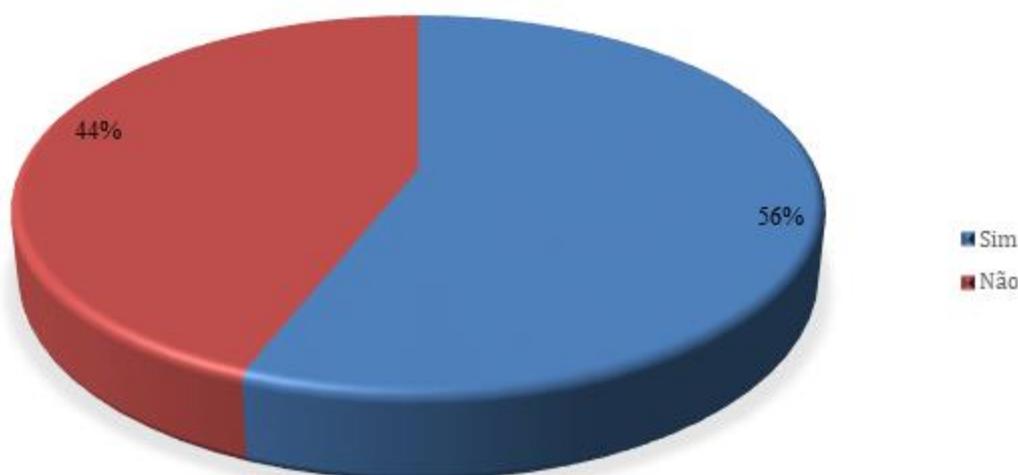
Tais objetivos serão atingidos mediante a ação de educadores, aos quais “compete abrir os canais educacionais mais adequados para que todos sejam cada vez mais livres” (Nosella, 2007, p. 150). De forma ampla, isso se configura aos objetivos que foram traçados por ocasião da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A fim de avaliar em que medida a qualificação profissional atinge sua finalidade, as instituições que compõem a Rede possuem documentos que orientam o acompanhamento dos egressos, visto que através deles é possível sanar as lacunas e reforçar o que está produzindo bons resultados.

O IF Goiano conta com o Regulamento da Política de Egressos, aprovado pela Resolução nº 11/2019/CS, de 26 de abril de 2019. Ele traz como um dos objetivos: “divulgar oportunidades de emprego a egressos, colaborando para sua inserção no mundo do trabalho”, no Campus Posse essa divulgação é mediada pelo Núcleo de Estágio, ligado à Coordenação de Extensão. Esse núcleo é responsável pela realização dos convênios com as empresas da região

que tem disponibilidade para oferecer vagas de estágio aos concluintes, grande parte delas, após o estágio e conclusão do curso, realiza a contratação dos egressos.

Para melhor visualização do percentual de egressos cuja contratação teve influência do Campus, apresentamos abaixo o gráfico.

Gráfico 14 – Você considera que o IF Goiano Campus Posse teve influência em sua contratação?



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

No que se refere à influência para contratação, 56% dos egressos concordam que houve influência do IF Goiano Campus Posse. Nas justificativas apresentadas, além da qualidade do ensino, destacamos o que disseram os(as) egressos(as):

“A grade curricular se mostrou suficiente (e mais robusta que na faculdade, em alguns momentos) das atribuições que hoje tenho no trabalho” (Egresso 18).

“As minhas tarefas na empresa quase todas aprendi no IF na teoria como exercer” (Egresso 24).

“Porque através dele, meu conhecimento é algo valorizado e pontuado em todas as entrevistas” (Egresso 05).

“Pela área voltada ao curso que fiz. A formação de nível técnico contribuiu para aumentar meu potencial e conhecimento acerca de assuntos da área cujo local trabalho (agropecuária)” (Egresso 10).

Dentre 44% que afirmaram não ter tido a influência da instituição em sua contratação, destacamos algumas justificativas:

“Porque aprendi a gerir e organizar o meu negócio” (Egresso 52).

“Por realizar o curso técnico e agora finalizando o Bacharelado em Administração” (Egresso 34).

“Trabalho atualmente em outra área diferente da formação do curso” (Egresso 03).

“Porque eu já estava empregada há muito tempo” (Egresso 15)

Embora o percentual seja bastante significativo, as justificativas demonstram que, de certa forma, não houve necessidade de interferência. Nesse caso, o papel da instituição foi de oferecer subsídios para começar ou aperfeiçoar o que já estava sendo realizado.

5.4 Contribuições do IF Goiano - Campus Posse para o crescimento pessoal e desenvolvimento regional.

Crescimento pessoal e profissional são duas realidades interligadas. Espera-se que um indivíduo, ao passar por uma instituição de ensino, agregue não apenas novas práticas. De modo particular, espera-se que ele seja transformado por suas experiências e vivências, que adquira a maturidade que a trajetória requer. Isso não acontece de forma espontânea, é resultado de um planejamento maior, de modo a permitir que os recursos e o tempo empregado, de fato, tenham êxito.

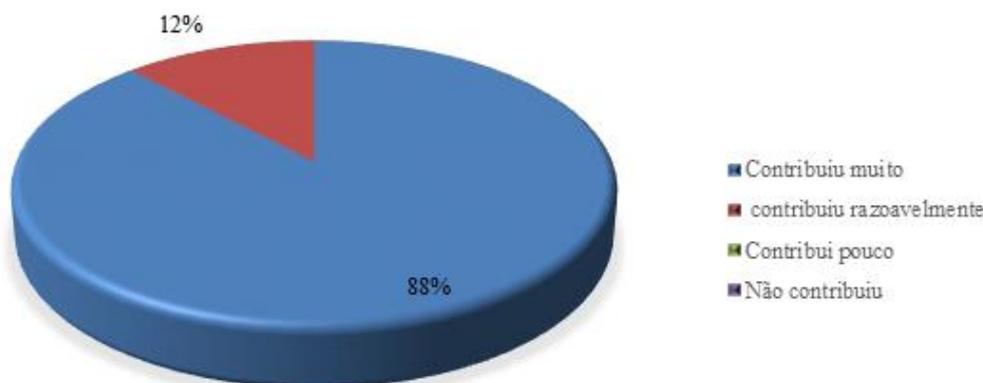
Cada instituição tem seus documentos, sua forma própria de organização. No caso do IF Goiano, um dos documentos pelos quais é regido, é o PDI. Nele, a democratização do saber e a contribuição com a construção da sociedade são pautadas pela “indissociabilidade” entre as ações de ensino, pesquisa e extensão. Tais ações têm como eixo fundamental:

Constituir a função social da instituição que é a de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária. Suas ações são voltadas à socialização dos saberes teóricos e práticos, visando o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, para que se constituam cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade (PDI 2019 – 2023, p. 22) [grifo do original].

A democratização do saber é um dos principais meios para que a instituição possa cumprir a sua função social. Por meio da integração entre teoria e prática, os alunos são estimulados a desenvolver suas habilidades e potencialidades. Ou seja, espera-se que haja uma transformação pessoal, que os torne capazes de enfrentar as demandas do mundo de trabalho e da vida em sociedade. Ao estimular a participação dos alunos nos processos de transformação da sociedade, a instituição contribui para a formação de cidadãos corresponsáveis e comprometidos com o bem comum, capazes de promover mudanças positivas no ambiente em que vivem. Essa abordagem integrada é fundamental para que a instituição possa cumprir sua missão de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Tendo em vista o objetivo geral desta pesquisa, que é avaliar a função social do Instituto Federal Goiano - Campus Posse, os egressos foram questionados a respeito da contribuição dessa instituição para seu desenvolvimento profissional. No Gráfico 15, que segue abaixo, é apresentado o resumo da visão deles quanto a essa contribuição.

Gráfico 15 – Visão dos egressos em relação à contribuição do IF Goiano Campus Posse para seu desenvolvimento profissional



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

A visão dos egressos em relação à contribuição do IF Goiano Campus Posse ao seu desenvolvimento profissional é bastante positiva. Para 88% deles, a instituição contribuiu muito e para 12%, contribuiu razoavelmente. Vale ressaltar que essa questão foi respondida apenas pelos que se encontram inseridos no mundo do trabalho. Quanto aos demais, na maioria estão apenas estudando.

O documento PDI (2019-2023) trata da responsabilidade social do IF Goiano, por meio de vários aspectos. Ao mencionar as ações de ensino, pesquisa e extensão, temos:

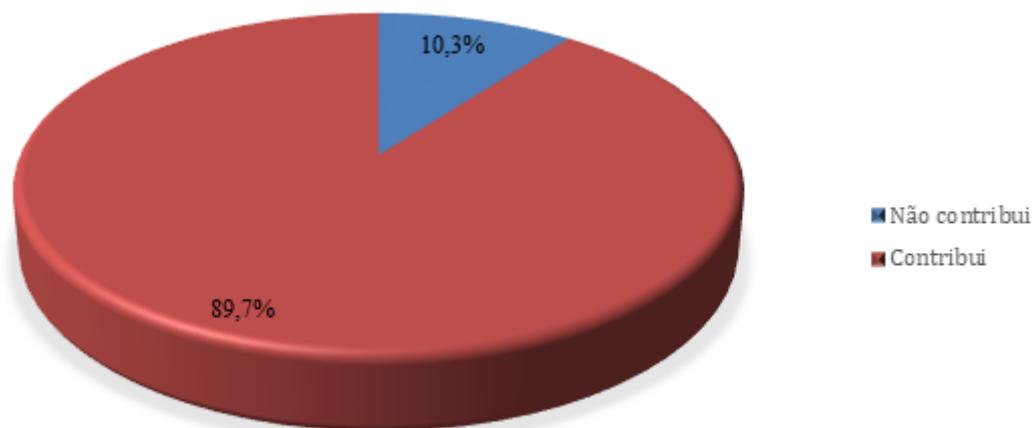
O contato e a integração com a comunidade constituem-se como espaço privilegiado para a socialização do conhecimento produzido na Instituição, assim como para a construção de conhecimentos que possam **contribuir para o desenvolvimento regional** e deve ser, por esses motivos, preocupação fundamental de todos os cursos ofertados em todos os níveis pelo IF Goiano. A integração com a comunidade local e regional visa organizar, apoiar e promover a participação ativa dos sujeitos por meio de ações destinadas a garantir a indissociabilidade da educação pública com atividades educativas em diferentes áreas e eixos tecnológicos (PDI 2019 -2023 p. 72, grifo nosso).

Como vimos, a preocupação com o desenvolvimento deve perpassar todos os cursos e níveis de educação ofertados pela instituição. Em nossa região esse aspecto tem fundamental importância. Antes estigmatizada, hoje começa a ser vista como uma região de possibilidades. O Campus Posse possui uma localização que permite atender não só o nordeste goiano, como também o oeste baiano. Esta região é composta por várias fazendas que se dedicam à produção

de grãos e de algodão. Grande parte da mão de obra especializada era trazida, principalmente, da região Sul do país. Atualmente, com a formação de técnicos oriundos deste ou de municípios vizinhos, o cenário vem se transformando.

Este resultado pode ser confirmado pelo quantitativo de respostas apresentado no Gráfico 16, abaixo:

Gráfico 16 – Visão dos egressos sobre a contribuição do IF Goiano- Campus Posse o desenvolvimento regional



Fonte: dados da pesquisa (2022), elaborado pela pesquisadora.

A resposta dos egressos ao questionamento: o IF Goiano - Campus Posse contribui para o desenvolvimento regional, foi negativa para 10,3%. No entanto, sobressai o resultado positivo, visto que 89,7% concordam. Podemos destacar várias justificativas, como elencado abaixo:

“De todas as formas possíveis (formando profissionais qualificados, levando professores excelentes, desenvolvimento do setor ao redor do IF, etc)” (Egresso 27).

“Dando oportunidade para os jovens ingressar no mercado de trabalho e ofertando ensino de qualidade” (Egresso 24).

“Encurtando a distância dos alunos no mercado de trabalho” (Egresso 25).

“Trazendo ensino de qualidade para a região e formando bons profissionais” (Egresso 31).

“Inserindo capital humano especializado nas micro e pequenas empresas. Filhos de comerciantes ou aspirantes empreendedores agora têm possibilidade de profissionalização e melhoria dos seus processos e retornos financeiros” (Egresso 24).

“Pela grande quantidade de profissionais qualificados que saem da instituição e entram no mercado de trabalho” (Egresso 57).

“Formando profissionais altamente capacitados para atuar no mercado de trabalho e através do desenvolvimento de pesquisas com bons resultados” (Egresso 46).

“O IF Goiano está trazendo uma educação de qualidade além de proporcionar vários cursos técnicos e superiores para a população em geral” (Egresso 28).

“Na formação de profissionais mais capacitados, já que a região dependia muito de profissionais de fora” (Egresso 15).

“Na formação para o mercado de trabalho; também aumentando a circulação de dinheiro (não é bem isso, mas eu esqueci a forma certa de falar rs) trazendo pessoas de outras cidades para morar em Posse, assim acaba ajudando no desenvolvimento da cidade” (Egresso 51).

“Está formando mais pessoas para o mercado de trabalho, principalmente para o agro, que tem uma demanda de serviço muito grande na região” (Egresso 32).

Dessa forma, como revelam as falas dos egressos, pode-se notar que além da formação geral ofertada, destaca-se a preparação para o mundo do trabalho. Um dado também significativo revelado pelos egressos foi que “reduz o número de pessoas que saem da cidade por promover uma educação de alta qualidade, além de atrair mais pessoas para a cidade (Egresso 08)” e “está formando mais pessoas para o mercado de trabalho, principalmente para o agro, que tem uma demanda de serviço muito grande na região (Egresso 32)”.

Tais falas reforçam que o esforço da instituição em cumprir com seu papel social está alcançando seu objetivo. Mesmo assim, não há motivos para acomodação. As mudanças tanto na educação como no mundo do trabalho levam a questionamentos e exigem postura para não permitir que os interesses do capital se sobreponham às necessidades das pessoas.

Em relação aos aspectos que devem ser melhorados foram citadas algumas questões. Dentre elas, destaca-se a necessidade de aulas práticas e adequação da carga horária. Nesse último caso, refere-se aos alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Estes realizaram sua formação na vigência da grade curricular elaborada por ocasião da criação do curso, iniciado em 2018. Posteriormente, após a conclusão da primeira turma foi feita a adequação curricular.

Por fim, na próxima seção desta dissertação, apresentam-se as considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu da necessidade de responder à questão: a formação profissional ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Posse tem favorecido a inserção profissional dos egressos?

Para isso, discutiu-se inicialmente sobre o modo de produção capitalista. Este, não só difere, mas apresenta valores paradoxalmente opostos aos que colocam o ser humano no centro das questões relacionadas aos meios de produção de vida e de bem-estar. São graves as formas de precarização do trabalho. Em grande parte, são apresentadas como forma de combater o desemprego, mas na verdade, exploram o trabalhador e o tornam vulnerável. É nesse mundo, com tendência a favorecer a acumulação capitalista e com direitos retirados pela aprovação da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que procuram lugar os jovens cuja formação foi concluída através das instituições de ensino.

Tendo como base esse contexto e para responder à questão inicial, esta pesquisa teve como objetivo geral **avaliar, a partir da perspectiva dos egressos, a função social do Instituto Federal Goiano - Campus Posse na qualificação profissional para a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho**. Com base nos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa, pode-se constatar que o objetivo proposto foi alcançado.

A partir dos dados obtidos através da aplicação do produto educacional, que consistiu no “**Formulário para para coleta de dados e acompanhamento de egressos do Instituto Federal Goiano - Campus Posse**”, foi possível identificar o perfil dos egressos participantes sendo composto por uma maioria feminina, o que corresponde a 58,6%. Quanto à faixa etária, 84,5% estão entre os 18 e 25 anos. Em relação à escolaridade anterior, 93,1% são oriundos de escola pública. Ainda com relação aos dados do perfil, é importante destacar a baixa escolaridade dos pais dos egressos.

Nesse sentido, são uma alerta e apontam a necessidade da oferta de Educação de Jovens e Adultos para a consolidação de sua função social de democratização do saber. Já em relação aos egressos, essa democratização é constatada pela qualidade do ensino, que foi o principal motivo apontado na escolha da Instituição, para 76% dos participantes. A verticalização do ensino também é bem significativa. Do total de egressos que deram continuidade aos estudos, 44% estão realizando o curso superior no Campus Posse.

A análise nos permitiu constatar que a visão dos egressos é bem positiva em relação à contribuição da instituição para a formação crítica e cidadã, de modo a auxiliá-los na tomada de decisões. Ao mesmo tempo, constata-se a influência da instituição para a inserção dos

egressos no mundo do trabalho. Isto se dá, de modo particular, pela formação ofertada possibilitando-lhes o bom desempenho de suas funções para aqueles que se encontram empregados. Quanto aos que optaram pela continuidade dos estudos, esta lhes proporcionou a base necessária.

Acerca das limitações, ressalta-se a dificuldade em obter um maior quantitativo de respondentes. Assim, a visão constatada não inclui a totalidade dos egressos que passaram pela instituição. Outra limitação foi não ter investigado a opinião dos empregadores a respeito do desempenho daqueles que se encontram inseridos no mundo do trabalho. Outro aspecto que também pode ter avanços futuros, consiste na apropriação do referencial teórico acerca das áreas de pesquisa em Trabalho e Educação e em Sociologia do Trabalho, as quais podem contribuir para um maior aprofundamento das análises e discussões sobre o objeto de pesquisa.

Sugere-se uma constante atualização de dados dos egressos a fim de que se tenha uma avaliação cada vez mais completa e atualizada das demandas deles para a instituição. Como produto técnico-educacional, desenvolveu-se e aplicou-se o **“Formulário para coleta de dados e acompanhamento de egressos do Instituto Federal Goiano - Campus Posse”**, que poderá ser aperfeiçoado e utilizado periodicamente.

Encerra-se a presente investigação com a certeza de que o tema em questão merece constante atenção e pode ter desdobramentos e pesquisas futuras a partir dele. Foi constatado que grande parte dos concluintes dos cursos técnicos decidiram dar continuidade à sua formação, não chegando a inserir-se no mundo do trabalho. Assim, aponta-se para a necessidade de estudos futuros, principalmente voltados aos egressos dos cursos superiores, cujas primeiras turmas finalizaram em 2022. A vida não para e as realidades se transformam, exigindo constante reflexão e ação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Editora Cortez, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, v. 28, p. 39-53, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zDCryfbtfD3Yw6YXTTB3YXL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 14 set. 2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital** 1ª ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. A Terra é Redonda**, [São Paulo], 11 jun. 2020.

ARAÚJO, Abelardo B. O produto do trabalho educativo na política de monitoramento da qualidade da Educação: notas de Economia Política. In **Revista Trabalho Necessário**, ano 16, Nº29.2018. Disponível em [Vista do v. 16 n. 29 \(2018\): GT 09 - Trabalho e educação \(uff.br\)](#) Acesso em 10 mai. 2022.

BANCO de DADOS GEOGRÁFICO. **Geo geral**, 2020. Disponível em: <http://geogeral.com/h/m/b/govp.htm>. Acesso em 24 abr. 2021.

BRASIL. Lei n. 4.024, de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Publicado no DO em 27 de dezembro de 1961. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-4024-1961_78875.html . Acesso em 24 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em 24 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em 24 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. **Altera dispositivos da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização de 2º grau.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em 24 abr. 2021.

BRASIL. Lei n. 8.948, de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm. Acesso em 24 abr. 2021.

Debate, Salvador, v. 6, n. 2, p. 65-76, dez. 2014.

FRIGOTTO, G. **Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados.** in: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. LPP/UERJ. Rio de Janeiro. 2018.

GRABOWSKI, G.; RIBEIRO, J. A. R. **Financiamento da educação profissional no Brasil: contradições e desafios.** 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_curriculo_gabriel.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

HILL, Stephen et al. Global Entrepreneurship Monitor. **Monitor de Empreendedorismo Global 2021/2022.** Relatório Global: Oportunidade em meio à interrupção. Londres: GEM. Disponível em: <https://gemconsortium.org/news/join-gem-at-expo-2020-dubai>. Acesso em 20 set. 2022

IF GOIANO, Institucional. **Dispõe sobre a normatização da Política de Egressos do IF Goiano.** IF Goiano, 2019.

IF GOIANO. **Plano de desenvolvimento Institucional 2019-2023.** Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/pdi-2019-2023.html>. Acesso em 24 abr. 2021.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES. **Índice de Desempenho dos Municípios Goianos 2018.** Disponível em: <idm2018.pdf> (imb.go.gov.br). Acesso em 24 abr. 2021.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil dos Municípios Goianos - IVJ** Disponível em: <ivj2010.pdf> (imb.go.gov.br). Acesso em 01 abr. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. EM e EP na produção flexível: A dualidade invertida. **Rev. Retratos da Escola** v.5 n.8, 2011. pp. 43-55. Disponível em <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/46/43>. Acesso em 25 jan. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências.** In: **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?**. Celso João Ferretti; João dos Reis Silva Júnior; Maria Rita N. Sales Oliveira (Organizadores). 1a. ed, São Paulo: Xamã, p.121-139, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim técnico do SENAC**, v. 28, n. 2, p. 2-11, 2002. Disponível em: www.bts.senac.br/bts/article/view/539. Acesso em 20 out. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão.** Disponível em: ([Microsoft Word - As mudan\347as no mundo do trabalho e a Educa\347\343otexto2.doc](#)) (drb-m.org). Acesso em 27 dez. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Conhecimento e competências no trabalho e na escola.** Disponível em: [CONHECIMENTO E COMPETÊNCIA NO TRABALHO E NA ESCOLA\[1\]\[1\].d-](#)

(educacao.rs.gov.br) . Acesso em 27 nov. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. **O trabalho como princípio educativo**. Youtube. Disponível em ([27\) Acácia Kuenzer: O trabalho como princípio educativo](#). Acesso em 25 jan. 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo e, ataque ao ensino público**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, MEC, Setec, v. 1, n. 1, p. 8-22, jun. 2008

MACIEL, Cosme L. A. Educação Integral: limites e possibilidades sob a hegemonia do capital. *In* **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2220> Acesso em 20 out. 2021.

NEVES, Daniela. **Exploração do trabalho no Brasil contemporâneo**.pdf. Acesso em 17 jan. 2022.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 137-151, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100011>. Acesso em 20 out. 2022.

NOVAES R. C. R. et al.(orgs.). **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude. Fundação Friedrich Ebert, 2006.

PACHECO; Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas, SOBRINHO, Moisés Domingos.**Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades**. Linhas Críticas, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-88, 2010.

Disponível:<<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568/3254>>. Acesso em: 10 out.2022.

PACHECO, E., **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/bitstream/handle>. Acesso em 24 abr. 2021.

POPULAÇÃO no ÚLTIMO CENSO. **IBGE**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/posse/panorama> . Acesso em 30 nov. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. Disponível em:<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em 24 abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *In* **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em:[SciELO - Brasil - Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos](#). Acesso em 17 jan. 2022.

SOUZA, José Carlos Moreira. **A Educação Profissional Agrícola na Constituição Do Instituto Federal Goiano**. Tese (Doutorado em Educação), Goiânia, UFG, 2014. Disponível em:<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3850/5/Tese%20-%20Jos%C3%A>

%20Carlos%20Moreira%20de%20Souza%20-%202014.pdf>; Acesso em: 28 nov. 2022.

SOUZA, Rodrigo Diego de. **Trabalho e formação de professores de biologia no Estado do Paraná**, Brasil. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215177>. Acesso em: 28 nov. 2020

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Contribuições do Instituto Federal Goiano - Campus Posse para a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento regional: o olhar dos egressos

Pesquisador: Rodrigo Diego de Souza

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51626121.7.0000.5540

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.061.836

Apresentação do Projeto:

Foi apresentado as pendências do parecer 4.984.550, referente ao projeto CAAE: 51626121.7.0000.5540, título do projeto: Contribuições do Instituto Federal Goiano - Campus Posse para a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento regional: o olhar dos egressos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

1. Analisar o papel do Instituto Federal Goiano - Campus Posse para a qualificação profissional e sua contribuição para desenvolvimento regional.

Objetivo Secundário:

1. Identificar as contribuições do Instituto Federal Goiano - Campus Posse para a formação profissional e empregabilidade dos egressos;
2. Verificar o perfil dos egressos em relação às expectativas e necessidades regionais de inserção profissional;
3. Analisar a atuação e as contribuições das ações do Instituto Federal Goiano - Campus Posse no desenvolvimento local e regional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 5.061.836

A participação na pesquisa poderá causar riscos, mesmo que mínimos, como constrangimento nas abordagens das respostas e também riscos advindos dos meios eletrônicos, tais como a invasão por parte de hackers, limitando assim a capacidade da pesquisadora em assegurar total confidencialidade. Caso o participante sinta-se constrangido será ressarcido formalmente pela pesquisadora. Para evitar algum dano à saúde intelectual do participante, o questionário foi elaborado em linguagem simples, a fim de facilitar a compreensão. Também para minimizar os riscos, após a conclusão da coleta de dados, a pesquisadora fará o download das respostas do questionário para um HD externo onde serão armazenadas e mantidas pela pesquisadora em confidência estrita. Os dados coletados serão de uso específico para o desenvolvimento da pesquisa.

Benefícios:

- Os benefícios oferecidos aos egressos estão relacionados à oportunidade de fazer uma reflexão acerca da formação recebida e de como esta contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho. - O benefício para o IF Goiano- Campus Posse será indicação de elementos para aprimorar sua prática educativa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está de acordo com as resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e suas complementares. Foi apresentada todas as pendências relacionadas no parecer 4.984.550.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram devidamente anexados a esta submissão.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências concluídas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO 1812278.pdf	13/10/2021 16:54:17		Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 5.061.836

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado.docx	07/10/2021 20:05:03	OZANA PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	Carta_de_Revisao_Etica.docx	07/10/2021 20:00:45	OZANA PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	07/10/2021 19:56:10	OZANA PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Declaração de concordância	Aceite_institucional.pdf	07/10/2021 19:53:58	OZANA PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento.docx	07/10/2021 19:38:54	OZANA PEREIRA DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tcle.docx	07/10/2021 19:37:52	OZANA PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	Ozana_Lattes.pdf	10/09/2021 14:17:31	Rodrigo Diego de Souza	Aceito
Outros	Rodrigo_lattes.pdf	10/09/2021 14:17:01	Rodrigo Diego de Souza	Aceito
Outros	Questionario_Egressos.pdf	02/09/2021 11:06:20	OZANA PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoAssinada_CEP_Ozana.pdf	02/09/2021 10:16:58	OZANA PEREIRA DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 26 de Outubro de 2021

**Assinado por:
ANDRE VON BORRIES LOPES
(Coordenador(a))**

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

APÊNDICE A – TERMO de CONSENTIMENTO LIVRE e ESCLARECIDO - TCLE

1. Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Contribuições do Instituto Federal Goiano - Campus Posse para a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento regional: o olhar dos egressos”, realizada por Ozana Pereira de Sousa, estudante de mestrado da Universidade de Brasília, sob responsabilidade e orientação do Prof. Dr. Rodrigo Diego de Souza. O objetivo desta pesquisa é analisar o papel do Instituto Federal Goiano - Campus Posse para a qualificação profissional e sua contribuição para desenvolvimento regional, tendo como objetivos específicos: identificar os egressos e a contribuição da formação para sua empregabilidade; observar o perfil do egresso em relação às expectativas e necessidades regionais; verificar como as ações do IF Goiano Campus Posse atuam no desenvolvimento regional. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

2. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguramos que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, ficarão sob a guarda dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa.

3. A participação na pesquisa poderá causar riscos, mesmo que mínimos, como constrangimento nas abordagens das respostas e riscos advindos dos meios eletrônicos, tais como a invasão por parte de hackers, limitando assim a capacidade da pesquisadora em assegurar total confidencialidade. Caso o participante sinta-se constrangido será ressarcido formalmente pela pesquisadora. Para evitar algum dano à saúde intelectual do participante, o questionário foi elaborado em linguagem simples, a fim de facilitar a compreensão. Também para minimizar os riscos, após a conclusão da coleta de dados, será feito o download das respostas do questionário para um HD externo onde serão armazenadas e mantidas em confidência estrita. Os dados coletados serão de uso específico para o desenvolvimento da pesquisa.

4. Os benefícios oferecidos aos egressos estão relacionados à oportunidade de fazer uma reflexão acerca da formação recebida e de como esta contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho. O benefício para o IF Goiano- Campus Posse será a indicação de elementos para aprimorar sua prática educativa.

5. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a

qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

6. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode contatar-nos através dos e-mails: professor.rodigosouza@gmail.com/ rodrigo.souza@unb.br/
ozanapsousa@gmail.com ou pelo telefone: (61) 99669-7850.

7. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de e-mail e, se houver possibilidade, em evento direcionado aos egressos, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

8. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107-1592.

9. O preenchimento dos questionários referentes à primeira etapa será realizado online e por esse motivo, minha participação estará condicionada ao aceite do convite assinalando a opção “Diante dos esclarecimentos prestados, concordo em participar, como voluntário(a), da pesquisa “Contribuições do Instituto Federal Goiano - Campus Posse para a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento regional: o olhar dos egressos”.

DESTACA-SE A IMPORTÂNCIA DE GUARDAR EM SEUS ARQUIVOS UMA CÓPIA DO DOCUMENTO ACIMA (DE REGISTRO DE CONSENTIMENTO) ou caso seja de seu interesse, você poderá solicitar aos pesquisadores uma via deste documento devidamente assinado.

() Declaro ter sido informado(a) e ao clicar em **PRÓXIMO** concordo em participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa acima descrito.

[“Contribuições do Instituto Federal Goiano - Campus Posse para a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento regional: o olhar dos egressos” \(google.com\)](#)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO EGRESSOS

Caro(a) ex-aluno(a)!

Eu sou Ozana Pereira de Sousa, técnica em assuntos educacionais. Estou fazendo uma pesquisa sobre os egressos do Instituto Federal Goiano - Campus Posse, cujos resultados farão parte de minha dissertação de mestrado em educação, na modalidade profissional, na Universidade de Brasília - DF, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Diego de Souza. Você é convidado(a) a participar como voluntário(a). Sua identidade será mantida sob sigilo. É muito importante ouvi-lo(a) a fim de conhecer como o Campus Posse está contribuindo para a inserção no mercado de trabalho e para o desenvolvimento regional.

I. ASPECTOS GERAIS

1. Gênero: () Feminino () Masculino () Outro

2. Estado civil: () Solteiro () Casado () Outro

3. Idade: () Menor de 18 anos () Entre 18 e 25 () Entre 26 e 35 () Entre 36 e 45
() Acima de 45 anos

4. Local onde Reside - cidade/estado: _____

5. Ano de ingresso no IF Goiano Campus Posse:

() 2014 () 2015 () 2016 () 2017 () 2018 () 2019

6. Ano de conclusão do curso:

() 2015 () 2016 () 2017 () 2018 () 2019 () 2020 () 2021

7. Curso realizado:

() Curso Técnico em Administração Concomitante

() Curso Técnico em Agropecuária Concomitante

() Curso Técnico em Informática Concomitante

() Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio

Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio

8. Quais motivos levaram você a optar por um curso técnico de nível médio no IF Goiano Campus Posse?

- Qualidade dos cursos oferecidos no IF Goiano.
- Preparação para o ENEM/ ingresso no ensino superior.
- Preparação para o mercado de trabalho.
- Outro - especifique _____

9. Em que tipo de escola você concluiu o ensino fundamental?

- Pública Privada Confessional

10. Caso tenha concluído o ensino fundamental em escola privada, você obteve bolsa de estudos? Sim Não

11. Indique a escolaridade de seu pai ou responsável:

- Não alfabetizado
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

12. Nível de escolaridade da sua mãe ou responsável:

- Não alfabetizada
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

13. Você contribui financeiramente para a manutenção de sua família?

- Não
 Contribuo parcialmente para o sustento da família
 Sou o(a) principal responsável pelo sustento a família
 Outro - especifique: _____.

II. FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES / QUALIDADE DO CURSO

14. Em sua opinião, os conteúdos ministrados ao longo do curso técnico de nível médio atendem ao que é solicitado pelas empresas no que diz respeito à atuação profissional do técnico?

- Sim Não

Por quê? _____

15. Em sua opinião, os conteúdos ministrados ao longo do curso técnico de nível médio contribuíram para uma formação crítica e cidadã?

- Sim Não

Por quê? _____

16. Como você avalia a didática adotada pelos professores do IF Goiano Campus Posse?

- Bastante adequada
 Adequada
 Parcialmente adequada
 Pouco adequada
 Inadequada

Justifique sua resposta: _____

17. Como você avalia a infraestrutura (espaço físico, laboratórios, equipamentos e materiais necessários para a realização do curso) do IF Goiano - Campus Posse durante o período em que você realizou o curso técnico de nível médio?

- Bastante adequada
 Adequada
 Parcialmente adequada

Pouco adequada

Inadequada

Justifique sua resposta: _____

18. Indique em ordem de prioridade, entre 1 a 5, sendo 1 a principal prioridade e 5 a menor prioridade, os principais limites ou dificuldades para a realização do curso técnico de nível médio no IF Goiano Campus Posse.

Financeira

Aprendizagem (dificuldades para acompanhar os conteúdos)

Problemas familiares

Nenhuma dificuldade

Outros – especifique _____

19. Durante o período em que você estudou no IF Goiano Campus Posse você recebeu algum auxílio?

Auxílio permanência

Auxílio alimentação

Auxílio transporte

Não recebi nenhum auxílio

20. Você participou de algum projeto no IF Goiano Campus Posse?

Sim, participei de projeto de ensino

Sim, participei de projeto de pesquisa

Sim, participei de projeto de extensão

Não participei

21. Como você avalia a formação recebida no IF Goiano Campus Posse?

III. CONTINUIDADE DOS ESTUDOS

22. Você ingressou em algum curso de nível superior?

Se sim, em qual instituição e em qual curso?

23. Caso esteja fazendo um curso de nível superior, você está conseguindo acompanhar os conteúdos do curso de nível superior?

() Sim

() Não

() Parcialmente - especifique:_____

IV. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

24. Atualmente você está:

() Empregado

() Desempregado

Caso você esteja empregado, responda às questões 25 a 30. Caso contrário, continue a partir da questão 31.

25. Empresa/Cidade onde trabalha:_____

26. Você considera que o IF Goiano Campus Posse teve influência para sua contratação?

() Sim

() Não

Por quê?

27. Qual a relação da sua área de formação com o seu trabalho?

() Mesma área de formação do curso técnico de nível médio.

() Área diferente da sua formação do curso técnico de nível médio.

28. Qual o principal tipo de atividade exercida?

() Atividade técnica

() Atividade administrativa

() Atividade gerencial

() Atividade Comercial

() Outra:_____

29. Qual seu vínculo empregatício?

- Empregado com carteira assinada - CLT.
- Empregado sem carteira assinada.
- Funcionário público concursado/efetivo.
- Funcionário público por tempo determinado (temporário/substituto).
- Autônomo/Prestador de serviços
- Em contrato temporário na iniciativa privada.
- Estagiário
- Proprietário de empresa/negócio
- Outros: _____

30. A formação oferecida pelo IF Goiano Campus Posse contribuiu para o seu desempenho profissional:

- Muito
- Razoavelmente
- Pouco
- Não contribuiu

31. Caso você não esteja trabalhando na sua área de formação do curso técnico de nível médio, quais os motivos pelos quais você não exerce atividade profissional na sua área de formação?

32. Você considera que o IF Goiano Campus Posse está contribuindo para o desenvolvimento local/ regional?

- Não
- Sim. De que forma?

33. Quais mudanças ocorreram na sua vida pessoal e profissional após a conclusão do curso no IF Goiano Campus Posse?

34. Que aspectos você considera que devem ser melhorados/ aperfeiçoados na formação dos técnicos de nível médio?

Obrigada pela sua participação!